

I COLETÂNEA DE

ARTIGOS DE OPINIÃO

UM MUNDO SOB IMPACTO

CABRAL * DOMINGOS * SOARES
ORGANIZADORES



Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

I Coletânea de artigos de opinião [livro eletrônico] : um mundo sob impacto / organização Cleber Cabral, Crisbelli Domingos, Renan Soares. -- 1. ed. -- Curitiba, PR : Escolha Certa Editora, 2024.
PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-85446-16-7

1. Artigos - Coletâneas 2. Opiniões políticas e sociais 3. Políticas sociais I. Cabral, Cleber. II. Domingos, Crisbelli. III. Soares, Renan.

24-223257

CDD-303.38

Índices para catálogo sistemático:

1. Opinião pública : Sociologia 303.38

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Os livros do selo Escolha Certa Editora apresentam resultados de pesquisas desenvolvidas por professores e pesquisadores em formato eletrônico com licenciamento (CC BY + NC). A proposta busca estabelecer análises e discussões por meio de argumentos que esclareçam aspectos de interesse para a comunidade acadêmica e para a sociedade de forma geral.



Há documentos de concordância com esta publicação, de acordo com posicionamento de todos os autores, guardados em arquivos do sistema. A correção dos textos, com relação aos elementos e componentes foi desenvolvida pelo autor de cada capítulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
SOBRE OS AUTORES	10
CAPÍTULO I – PANDEMIA E EDUCAÇÃO.....	27
UM NOVO MUNDO (AINDA) É POSSÍVEL?	
Gladisson Silva da Costa	28
COMO HÁ MUITO NÃO SE VIA: O ISOLAMENTO E O NOVO	
Daniela Belter Ferreira Ceni	33
MULHERES E PANDEMIA	
Deisily de Quadros	36
ASSÉDIO MORAL EM <i>HOME OFFICE</i> : CONHECER PARA NÃO FAZER E NÃO PERMITIR	
Dinamara Pereira Machado	40
O QUE VOCÊ ESCOLHE: FURAR O ISOLAMENTO OU A REALIDADE?	
Danielle Fracaro da Cruz	
Eduardo Santana Valli	45
EM TEMPOS DE PANDEMIA, QUAL A IMPORTÂNCIA DE "SER TOCADO" PARA O SER HUMANO?	
Daniela Belter Ferreira Ceni	49
ACABOU 2020	
Larissa Priscila Bredow Hilgemberg.....	52
A VOLTA ÀS AULAS NA MAIOR PANDEMIA DO SÉCULO	
Gladisson Silva da Costa	55

RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: COM OU SEM PASSAPORTE VACINAL?	
Dinamara Pereira Machado.....	59
LEITURA: ABRIGO E CONFORTO EM TEMPOS SOMBRIOS.	
Thays Carvalho Cesar	62
TECNOLOGIA DIGITAL: DEUS EX MACHINA DA EDUCAÇÃO	
Renan da Cruz Padilha Soares.....	66
EU NÃO TENHO CANETA, PROFESSOR!	
Danielle Fracaro da Cruz	69
CAPÍTULO II – LETRAS E HISTÓRIA.....	72
“NÃO SOU TUAS NEGAS” OU COMO O RACISMO CONTAMINA A LÍNGUA	
Maristela dos Reis Sathler Gripp	73
QUEM NÃO CONHECE A ÁFRICA?	
André Luiz Moscaleski Cavazzani Mariana Bonat Trevisan.....	78
PETRÓPOLIS: A LAMA E A MEMÓRIA OFICIAL	
Mariana Bonat Trevisan Renan da Cruz Padilha Soares.....	82
SER SURDA É ME EMPODERAR: TEATRO E TRADUÇÃO ARTÍSTICA	
Rafaela Piekarski Hoebel	86
MAIS NETIQUETA, POR FAVOR	
Deisily de Quadros	91

LITERATURA PRA QUÊ, OU COMO ABORDAR A LITERATURA NA ESCOLA	
Cleber Araújo Cabral.....	95
VOCÊ É FELIZ? REFLEXÕES SOBRE EDGAR MORIN E A POESIA DA VIDA	
Larissa Priscila Bredow Hilgemberg.....	100
QUE INGLÊS VOCÊ FALA?	
Edna Marta Oliveira da Silva	103
SOMOS RIDÍCULOS (DE LEGAIS) E DAÍ?	
Danielle Fracaro da Cruz	
Thays Carvalho Cesar	107
SOBRE A DIFICULDADE DE LER, HOJE	
Cleber Araújo Cabral.....	110
LOBOS, BRUXAS E OUTROS MONSTROS: A LITERATURA INFANTIL	
Deisily de Quadros.....	114
DA VINCI: UM HOMEM ALÉM DE SEU TEMPO OU DE DIFERENTES SABERES SOBRE O SEU TEMPO?	
André Luiz Moscaleski Cavazzani	
Mariana Bonat Trevisan.....	118
LITERATURA E DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?	
Thays Carvalho Cesar	122
CAPÍTULO III – SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA	126
COMPARAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES: QUE RÓTULO USAR?	
Dinamara Pereira Machado.....	127
A PERSISTÊNCIA DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL	
Valéria Pilão.....	130
AS MUITAS MULHERES SÃO TODAS MULHERES!	
Larissa Priscila Bredow Hilgemberg.....	135

MÃE SOLTEIRA, NÃO. MÃE SOLO	
Crisbelli Domingos	138
QUANTO VALE UMA VIDA?	
Fernanda Ribeiro Haag	142
ÍNDIO, NÃO! INDÍGENA, SIM!	
Thiana Maria Becker	
Gisley Monteiro de Monteiro	144
MONTEIRO LOBATO:	
NÃO É SÓ BANIR OU ABSOLVER	
Renan da Cruz Padilha Soares	148
EU SAÍ PRA SONHAR MEU PAÍS	
Fernanda Ribeiro Haag	152
NÃO FOI SEMPRE DITO QUE PRETO NÃO TEM VEZ?	
Maristela R. S. Gripp	
Mariana dos Reis Sathler Gripp	158
DISCURSO DE ÓDIO ALIMENTA A EXCLUSÃO DOS DIFERENTES	
Thays Carvalho Cesar	
Crisbelli Domingos	166
CONSUMIDOR CONSCIENTE NA SOCIEDADE ATUAL. É POSSÍVEL?	
Daniela Belter Ferreira Ceni	170
A GUERRA NA UCRÂNIA NÃO É FLAFLU!	
Renan da Cruz Padilha Soares	173

INTRODUÇÃO

Há milhares de anos nós, humanos, surgimos no planeta e nos espalhamos formando uma grande diversidade de culturas e organizações políticas e sociais. Nesse processo fomos capazes de incríveis feitos, muitos deles sentidos e ainda vividos por incontáveis gerações. Este mundo dinâmico e mutável se tornou o mundo dos humanos.

Cada passo que demos até os dias de hoje gerou impactos. Impactos enormes. Toda fauna e flora foi afetada, assim como cada elemento natural orgânico e não orgânico. Os humanos foram impactados, pois a caminhada pelo tempo não se fez, e nem se faz coisa alguma sem que existam conexões e relações entre elementos das mais diferentes formas. O impacto é, portanto, parte indissociável da presença humana no mundo.

Quando um impacto acontece, há transformações. Não somente impactos negativos, tampouco exclusivamente positivos. Na realidade, em muitos casos a linha que divide o que é positivo e negativo é difusa ou inexistente. Os impactos variam de humanos para humanos. Grupos sociais, culturas, etnias, produzem, recebem e observam os impactos da humanidade por diferentes perspectivas.



Nesta coletânea, temos pessoas de diferentes áreas do conhecimento analisando, a partir de suas opiniões, um mundo sob impacto. Em comum, o fato de serem pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a produção acadêmica e científica, ainda que não pensem de forma homogênea.

São indivíduos que lançam os seus olhares para um mundo especialmente impactado. Se estes acontecem continuamente ao longo da história, alguns momentos os impactos são maiores e sentidos globalmente, ainda que de formas diversas. Assim, nos vimos com a pandemia da COVID-19 que assolou o mundo a partir de 2020: impactados.

Esta coletânea trará a análise dos impactos no mundo por diferentes perspectivas. O livro está dividido em três partes: pandemia e educação; letras e história; sociedade, política e cultura.

Desejamos que esta leitura seja impactante.

Crisbelli Domingos
Renan Soares
Cleber Cabral



SOBRE OS AUTORES

André Luiz Cavazzani

Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (2002) Mestre em História pela mesma instituição (2005), Doutor em História pelo programa de História Social na Universidade de São Paulo, com período sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2013). Pós doutor no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (2015).

Áreas de interesse: história da família; história da infância; história da América Portuguesa; história das populações, imigração; educação e novas tecnologias. Psicomotricista Relacional pelo CIAR/FAP. Atualmente é professor do curso de graduação em História e do programa de mestrado e doutorado profissional em Educação e Novas Tecnologias (PPGENT) do Centro Universitário Internacional Uninter. Professor Colaborador do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Líder das Linhas de Pesquisa Intersecções: língua, cultura, história e tecnologia; Texere: Memórias, Sociedade, Cultura e Tecnologia. professor do Colégio Positivo fundamental anos finais.

Cleber Araújo Cabral

Doutor em Estudos Literários pela UFMG, com estágios pós-doutorais na UFMG e no CEFET-MG. Pesquisa acervos culturais e literários, edição de correspondências e redes de edição. Organizou, entre outros, Mares interiores: correspondência de Murilo Rubião & Otto Lara Resende (Ed. UFMG/ Autêntica) e Correspondência Mário de Andrade & Murilo Rubião (Edusp). Atualmente é professor do Centro Universitário Uninter, em Curitiba.

Crisbelli Domingos

Professora do Centro Universitário Internacional Uninter, na área de Línguas e Sociedade. Doutora e mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase em Pragmática e Ciências Cognitivas. É especialista em Ensino de Língua Espanhola e suas Literaturas e graduada Letras Português e Espanhol. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Comunicação e Cognição CNPq e da diretoria da Associação Brasileira de Pragmática, ABRAP. Realiza pesquisas multidisciplinares em linguística, comunicação, cognição, pragmática, neurociência cognitiva e EAD. Organizadora e autora de livros, entre eles a coleção de Coletâneas de Pragmática Vol. I, II e II e do livro autoral *A Linguagem dos Quadrinhos: aspectos tradutórios*.

Daniela Belter Ferreira Ceni

Pós-graduada em Gestão Comercial e Marketing Digital pelo Centro Universitário Internacional Uninter (2019) e em Tecnologias Aplicadas à Educação pela Faculdade Padre João Bagozzi (2007). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Cenecista Presidente Kennedy (2005).

Atualmente é professora da Escola Superior de Educação (ESE) do Centro Universitário Internacional (Uninter) atuando como Supervisora do Setor de Mídias Sociais e Comunidades de Práticas da mesma universidade. Tem experiência na área de educação e tecnologia, com ênfase em educação. Atualmente está inserida nos seguintes grupos: Grupo de Pesquisa: Intersecções: língua, cultura, história e tecnologias (área de Linguagens e Sociedade - ESE), Grupo de Trabalho: Nudges Alteridade (Portaria - nº 50/2021 - Reitoria - ESE) e Grupo de Trabalho Nudges Sensações (Portaria - nº 50/2021 - Reitoria - ESE), do Centro Universitário Internacional Uninter.

Danielle Fraccaro da Cruz

Mestre em Teoria Literária. Especialização em Formação Docente para EAD e em Comunicação e Cultura: Interface. Possui Licenciatura em Letras Português e Inglês pela Universidade Tuiuti do Paraná, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em História pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Atualmente, dedica-se como professora-tutora nas modalidades presencial e semipresencial no curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Internacional Uninter.

Participa do grupo de pesquisa "EAD, Presencial e o Híbrido: vários cenários profissionais, de gestão, de currículo, de aprendizagem e políticas públicas" e da linha de pesquisa "Intersecções: língua, cultura, história e tecnologias". Tem experiência na área de Letras e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura infantil e juvenil, formação do leitor, língua portuguesa, práticas de ensino e educação do Centro Universitário Internacional Uninter. Desenvolveu e aplicou projetos de tecnologia educacional com a titulação de Educador Inovador Especialista pela Microsoft Education (MIE Expert). Áreas de atuação: Letras, Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, Literatura, Tecnologia Educacional.

Deisily de Quadros

Doutora em Estudos Literários pela UFPR. Pesquisa literatura infantil e juvenil, formação do leitor, formação de professores e mediadores de leitura. É autora do livro Metodologia do Ensino da Literatura Juvenil (Editora Intersaberes). Atualmente, é professora do Centro Universitário Internacional Uninter.

Dinamara Pereira Machado

Pós-doutora em Educação pela Universidade Nacional de Educación a Distancia (UNED). Doutora em Educação: Currículo na PUC SP. Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Qualidade e Educação. Graduação em Letras, Pedagogia, Geografia e História. Diretora e professora na Escola Superior de Educação, Coordenadora Pedagógica da EJA e dos cursos técnicos do Centro Universitário Internacional Uninter. Experiência como gestora na Educação Superior e Básica, desenvolvimento de projetos na área da educação a distância e presencial. Líder do Grupo de Pesquisa: EAD, presencial e o híbrido: vários cenários profissionais, de currículo, de aprendizagem e políticas públicas, do Centro Universitário Internacional Uninter. Participante como pesquisadora convidada do Grupo Internacional de Pesquisas em Políticas, Práticas e Gestão da Educação, da Universidade Federal de Pernambuco. Participante como pesquisadora convidada do Grupo Tecnologia, Atividade e Subjetividade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Nos últimos anos desenvolveu projetos de pós-graduação, graduação e técnicos na modalidade presencial e a distância.

Dedica-se na Gestão da Educação a distância de amplitude nacional e em atendimento aos aspectos da cultura local, a formação dos professores, e os estudos de currículo. Publicação acadêmica de livros, artigos de revistas, textos de opinião em diferentes veículos de comunicação. Diretora Administrativa e Financeira do Instituto Música e Arte (IMA). Editoral Chefe do Caderno Intersaberes. Editora Chefe da Editora Escolha Certa. Diretora de EAD do SINEPE Paraná.

Edna Marta Oliveira da Silva

Mestre em Estudos Linguísticos pela UFPR e especialista em Ensino de Línguas Estrangeiras pela UTFPR. É escritora de materiais didáticos para ensino de língua inglesa na Educação Básica e Bilingue. Também atuou na Educação Básica e em centros de idiomas como professora de língua inglesa. Atualmente, é professora da Escola Superior de Línguas, do Centro Universitário Internacional Uninter, em Curitiba-PR.

Eduardo Santana Valli

Mestre em Sociologia pela UFPR (2021), especialista em Ensino de Sociologia (2017) e graduado em História pela UTP (2015).

Tem experiência como professor e desenvolve pesquisas na área de políticas públicas no Brasil, nas especificidades da cultura e educação, se concentrando na investigação das agendas de formações continuadas dos professores. Atualmente é professor do Centro Universitário Internacional (UNINTER), onde integrou o projeto de pesquisa “Capitalismo dependente e políticas sociais: tensões e contradições” e faz parte da linha de pesquisa “Intersecções: língua, cultura, história e tecnologias”, dentro do grupo "EaD, presencial e o híbrido: vários cenários de docência, de currículo, de aprendizagem e políticas públicas", da mesma instituição.

Fernanda Ribeiro Haag

Doutora em História Social pela USP e mestra em História Social pela UFF. Pesquisa o futebol brasileiro, enfatizando as questões de Gênero e Trabalho. Autora do livro *História e Historiografia do Brasil República*. Atualmente é professora da área de Linguagens e Sociedade do Centro Universitário Internacional Uninter.

Gisley Monteiro de Monteiro

Mestra em Educação Social pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2016), Licenciada em Letras pela mesma instituição (2010). Atuou como orientadora de projetos de pesquisa na Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2016). Professora de ensino técnico e tecnológico no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus Corumbá (2019-2021). Atuou como professora tutora no curso de Letramento Racial Crítico na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2021). É professora de ensino superior no Centro Universitário Internacional UNINTER, na disciplina de Estudo das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Professora Autora da Rota de Aprendizagem Literatura de Autoria Negra. Pesquisa questões de políticas públicas e as temáticas das Relações Étnico-Raciais no Brasil.

Gladisson Silva da Costa

Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná, graduado em Letras e pós-graduado em Metodologia do Ensino de História, ambas pela Uninter.

Desenvolve pesquisas sobre a História da Escravidão no Brasil, História Política do Brasil (século XIX), Metodologias de ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e História. Atualmente atua como professor no Centro Universitário Internacional Uninter, em Curitiba, área Linguagens e Sociedade: Letras e História e Integra o grupo de pesquisa "EAD, Presencial e o Híbrido: vários cenários profissionais, de gestão, de currículo, de aprendizagem e políticas públicas", na linha de pesquisa "Intersecções: língua, cultura, história e tecnologias". Atua, também, como professor na educação básica (SEED/PR) com turmas do ensino fundamental e médio.

Larissa Priscila Bredow Hilgemberg

Mestranda em Educação pela UEMG. Pós-graduada em Pedagogia Empresarial e Educação Corporativa e Docência EAD, ambas pelo Centro Universitário Uninter. Graduada em Licenciatura em Letras Português pela UFPR e em Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História e Licenciatura em Sociologia pelo Centro Universitário Uninter. Atualmente é professora nos cursos de Artes Visuais, Educação Física e Música do Centro Universitário Uninter.

Mariana Bonat Trevisan

Doutora e mestre em História pelo PPGH-UFF, com período sanduíche na Universidade de Coimbra. Graduou-se em História pela UFPR. É filiada ao Scriptorium (Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF), onde desenvolve pesquisas sobre as interações entre representações de gênero, família e política na Baixa Idade Média portuguesa. É membro também do LEGATIO - Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em História Medieval e Ensino de História. Foi Professora Adjunta do curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade) de 2013 a 2021.

Atualmente é Professora de Ensino Superior no Centro Universitário Internacional (UNINTER), onde também desenvolve pesquisa na linha Intersecções: Língua, Cultura, História e Tecnologias. Dentre suas publicações, é co-autora do livro "História e Memória: Diálogos e Tensões", publicado pela editora Intersaberes.

Mariana dos Reis Sathler Gripp

Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2018) e Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER (2022). Atualmente, ocupa o cargo de Assessora de Juiz Substituto em 2º Grau no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Maristela dos Reis Sathler Gripp

Pós-doutora em Pragmática Intercultural pela Faculdade Nova de Lisboa – FCSH (2019), Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná- UFPR (2010), Mestre em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC-RIO (2005) com especialização em Formação de Professores para o Ensino de Português como Língua Estrangeira pela PUC-RIO, graduada em Letras-Português Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (1988) e Curso Normal pelo Instituto de Educação do Rio e Janeiro- IERJ (1981). Possui experiência docente na Educação Básica e no Ensino Superior. Atualmente é Professora-tutora do Curso de Letras EaD do Centro Universitário Internacional UNINTER.

Rafaela Piekarski Hoebel Lopes dos Santos

Professora e tutora no curso de Letras no Centro Universitário UNINTER, que é responsável de disciplina de Libras. Mestra em Educação e Novas Tecnologias no Centro Universitário Internacional (UNINTER). Especialista em Educação Especial com ênfase em Educação Bilíngue para Surdos Português/Libras pelo Instituto Paranaense de Ensino (IPE). Graduada em Letras/Libras - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) polo Universidade Federal do Paraná (UFPR). Prestadora de serviço de Criação do estúdio de produção artística para surdos (Fluindo Libras). Possui vasta experiência no ensino de Libras como segunda língua (L2) em diversas esferas.

Realiza trabalhos de tradução no campo cinematográfico como atriz-tradutora surda (registro vídeo em libras) e tradutora revisora de conteúdos com acessibilidade linguística para Surdos. Na Fluindo Libras atua como tradutora surda, atriz surda bilíngue, coordenadora de elenco e promotor de eventos com acessibilidade. Possui DRT de atriz e coordenadora de elenco. Ocupa o cargo de coordenadora de tradutores intérpretes de Libras na esfera artística no SATED/PR. Membro de comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico em Libras para Exames e Avaliações da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) - INEP.

Renan da Cruz Padilha Soares

Professor da área de Línguas e Sociedade do Centro Universitário Internacional Uninter. Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Pedagogia pela Uninter. Mestre em Práticas na Educação Básica pelo Colégio Pedro II, onde realizou pesquisa sobre uso de jogos e gamificação no Ensino. Doutorando em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Autor do livro *Objetos Educacionais Digitais para o Ensino de Geografia e EUA em Tiras: primeira metade dos anos 1970 na ótica das tirinhas de Doonesbury*.

Thays Carvalho Cesar

Professora do curso de Letras, da área de Linguagens e Sociedade do Centro Universitário Internacional - UNINTER. É mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e bacharel em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Neurociências e em Criminologia, atuou em equipes multidisciplinares com enfoque voltado às neurociências e às relações cérebro-linguagem. Atualmente estuda políticas públicas voltadas à educação em Direitos Humanos, sistema penitenciário e impactos da literatura no cotidiano intramuros e contextos de privação de liberdade. Participa do grupo de pesquisa Intersecções: Língua, cultura, história e tecnologias, da área de Linguagens e Sociedade, da Escola Superior de Educação do Centro Universitário Internacional - UNINTER e do Grupo de Pesquisa em Linguística Aplicada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (GRUPLA - UTFPR).

Thiana Maria Becker

Mestre em Educação e Novas Tecnologias pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Possui graduações em Letras, Pedagogia pela mesma instituição e graduação em Nutrição pela UNIVALI.

Conta com especializações em em Gênero e Diversidade Escolar - Faculdade São Braz; em Controladoria e Finanças- Faculdade Unina; em Educação a Distância com Ênfase na Formação de Tutores - Faculdade São Braz; MBA em Gestão de Negócios em Alimentos pela Unicsul (Universidade Cruzeiro do Sul- SP) e em Vigilância Sanitária pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Professora/ Tutora do Centro Universitário Internacional Uninter, área da Educação. Além de textos e artigos publicados na área educacional, possui obras publicadas intituladas : Ensino de História e Geografia na Educação Especial, 2020; O Mundo Antes de Ser Mundo - Mito de Origem Iorubá, 2020; A Origem do Universo - Mito de Origem Guarani Mbyá, 2020; As Constelações da Via Láctea no Céu Guarani, 2021, todos pela editora Dialética e Realidade. Trabalha com a linha de pesquisa abrangendo a Diversidade, de forma especial os povos originários indígenas Guarani Mbyá, Direitos Humanos, Lei 11.645/2008, Relações étnico-raciais.

Valéria Pilão

Doutora em Ciências Sociais - UNESP/Marília (2017), mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2009) e bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UNESP/Marília (2005). Tem experiência em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia, pesquisando os seguintes temas: cultura, pós-modernidade, processos de acumulação com predominância financeira, sociologia urbana, políticas públicas e neodesenvolvimentismo. Professora e coordenadora da área de Inovação, Cultura e Sociedade do Centro Universitário Internacional UNINTER.

Capítulo I

Pandemia e educação

Sem dúvida, a pandemia foi o fator que causou maior impacto na vida de cada um de nós desde 2020, período abordado nos artigos de opinião deste livro. As consequências diretas e indiretas do estado de emergência sanitária foram sentidas de diferentes maneiras por diferentes pessoas e grupos sociais.

Entender esses impactos nos mais diversos âmbitos da sociedade foi uma preocupação constante de todos e se refletirá nos artigos desta primeira parte. Relacionando-se diretamente com a questão pandêmica, haverá uma atenção especial para o campo da Educação, visto que os autores desta coletânea trabalham diretamente com o processo educativo.

Pandemia e Educação são temas que se destacam e, nestes últimos anos, muitas vezes se interrelacionaram. Por isso, os artigos que se dedicaram em abordar esses assuntos, foram selecionados para a abertura desta obra coletiva.



UM NOVO MUNDO (AINDA) É POSSÍVEL?

Gladisson Silva da Costa

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras organizações apontam que a economia mundial encolherá consideravelmente durante a pandemia e, provavelmente, enfrentemos “espasmos” dessa crise nos anos seguintes, mas nem todo mundo será atingido da mesma forma.

A pandemia do coronavírus, atingiu a Ásia e a Europa como uma força avassaladora, colocou de joelhos a gigante China e obliterou as tradicionais economias europeias. Vimos a maior economia do planeta ser duramente golpeada pelos efeitos da pandemia. É a maior crise econômica desde a Grande Depressão de 1929.

Entretanto, embora o vírus não dependa de questionários socioeconômicos para se espalhar, todos os dados apontam para uma verdade que a gramática neoliberal que domina o debate público atualmente tenta silenciar: são os mais pobres, de novo, quem vão pagar a conta.

Os Estados Unidos que, entre o clube dos mais ricos, têm os piores índices de pobreza, ao se tornar o epicentro da pandemia, mostrou ao mundo que o coronavírus não é tão democrático quanto se imaginava.

A população negra é a parcela que mais sofreu com os efeitos da pandemia nos Estados Unidos, não porque exista algum componente biológico que faça com que os negros sejam mais suscetíveis ao contágio, mas porque existe um enorme problema socioeconômico. Ou seja, os negros são maioria entre os mais pobres e, portanto, não têm condições de fazer um distanciamento social efetivo (alguém precisa trabalhar, não é mesmo?!), nem tampouco têm acesso a um tratamento de saúde eficiente quando contaminados.

No Brasil, o vírus encontrou uma realidade ainda mais cruel. Durante o auge da pandemia vimos cemitérios superlotados, filas de ambulâncias em busca de UTI, filas de pessoas desesperadas para ter acesso ao dinheiro do auxílio emergencial, vimos também desvio da verba destinada ao combate à pandemia, ações de despejos, demissões em massa, violência policial (acompanhada do velho racismo) e fechamento de várias empresas.

Diante desse caos, os mais pobres novamente se

viram sozinhos, abandonados à própria sorte e diante de uma escolha impossível: ou se expõem ao vírus, arriscando suas vidas e de suas famílias, engrossando o número de vítimas da covid-19, ou enfrentam “com a cara e a coragem” as consequências econômicas da crise.

A pandemia, além da nossa imensa desigualdade, escancarou outro ponto particularmente preocupante, a aparente falta de imaginação dos governantes e de uma parcela significativa da população. Como a nossa sociedade, capaz de feitos fantásticos como a chegada à lua e a realização de mega construções impressionantes, não consegue imaginar um mundo onde seres humanos não precisem escolher entre morrer de fome com o desemprego ou terem suas vidas ceifadas pela pandemia?

Sobre este questionamento, vem a gritaria: isolamento social é privilégio! Mais um sintoma da morte do bom senso e com ele parte da nossa própria humanidade.

Como pode uma necessidade tão urgente ser interpretada como privilégio? Claro que a desigualdade grita aos nossos olhos e expõe o fato de que apenas um pequeno grupo consegue ter acesso pleno à saúde, educação, moradia e entretenimento, mas interpretar o acesso a uma condição digna de

existência como privilégio, como regalia, só nos enfraquece enquanto grupo social e nos impede de ver a origem do problema e, mais importante, superá-lo.

O fato de algumas pessoas terem acesso a direitos tão básicos, como a possibilidade de se proteger da maior crise sanitária dos últimos cem anos, não deveria ser o problema. O problema deveria ser fato da nossa sociedade ser incapaz de (ou sequer tentar) garantir que esse direito seja universal.

Utopia? Pode ser, mas ambicionar um nova sociedade deveria ser mais cativante e capaz de mobilizar mais paixões do que o aceite (e mesmo a defesa) dessa distopia que decidimos chamar de “realidade”, onde o tecido social se desfaz, a natureza é desprezada, minorias são massacradas, onde os seres humanos não podem viver de forma plena (já que não vivem, apenas sobrevivem), pois precisam pagar os boletos (quando dá) e o seu valor social é medido em likes e/ou pela sua capacidade de consumir.

J.R.R. Tolkien, o autor de “O Senhor dos Anéis”, em um ensaio no qual defende de forma primorosa o valor literário e social das “histórias de fadas” (fruto de uma palestra ministrada em 1939, na Escócia), reagindo aos detratores deste gênero, sublinhou a falta de imaginação das obras de ficção científica da época que, em geral, mesmo diante de uma sociedade repleta

de coisas repugnantes e terríveis como “o barulho, o fedor, a crueldade e a extravagância do motor de combustão interna” eram incapazes de ir “além da esplêndida ideia de construir mais cidades do mesmo tipo em outros planetas”. Essa carapuça nos serve muito bem, infelizmente. Apesar dos horrores a que somos expostos, seguimos incapazes de imaginar uma outra realidade, com outras regras, com outros valores.

Enfim, que a experiência de sermos “testemunhas oculares da história” nos torne capazes de desenvolver uma imaginação que vá além do óbvio, não apenas para elaborar histórias maravilhosas sobre o Belo Reino, como o fez o criador da Terra Média, mas para efetivamente desenvolvermos uma nova sociedade.

A frase é batida, eu sei, mas a obviedade não reduz a sua importância, um novo mundo é possível, ou melhor, é urgente e necessário.

COMO HÁ MUITO NÃO SE VIA: O ISOLAMENTO E O NOVO

Daniela Belter Ferreira Ceni

Muito tem se falado e comentado sobre a situação que vivemos desde a descoberta do vírus Covid-19. Causou uma pandemia mundial, como há muito não se via. A história já registrou outras situações parecidas, sob outras circunstâncias e, naturalmente, com outros desfechos e gravidades.

O momento atual não é tão simples, e muito há de se fazer para reconstruir o que ficou parado devido às medidas protetivas, como o isolamento e as novas formas de se trabalhar e conviver. Alguns especialistas afirmam que a vida nunca mais será a mesma... Muitas formas de pensar e algumas crenças foram necessárias ser superadas rapidamente, como por exemplo, as aulas *online*, e o trabalho *home office*.

A tecnologia sempre esteve presente na maioria dos segmentos, porém, para este momento, foi primordial para o apoio e “*continuidade da vida*”. Então, sob impacto do vírus, foi necessário reinventar-se, repensar, e ainda sendo urgentemente necessário o

cuidado e a prevenção determinados pelos órgãos de segurança pública da saúde mundial.

A gravidade de transmissão do vírus impôs uma espécie de "toque de recolher" e todos precisaram ficar juntos em seus lares, como há muito tempo não ficavam. Pais "encontraram" seus filhos, filhos "encontraram" seus pais, irmãos "se encontraram", marido "encontrou" sua esposa... O isolamento forçado trouxe o reencontro entre as pessoas mais próximas (incrível, não?).

No corre-corre da vida, saíamos cedo de casa e voltávamos muito tarde, sem encontros ou reencontros com quem estava próximo de nós. Às vezes passava uma semana sem ver uma pessoa que morava junto (filhos, irmãos e até os pais). Todos cumprindo seus deveres, buscando as melhorias por meio de trabalho, estudo, e atividades diversas. Os amigos, muitas vezes os únicos próximos, ficaram isolados devido à necessidade para evitar a propagação do vírus mortal. E os que deveriam estar próximos - mas estavam distantes - se achegaram. Lembrando: isto tudo por causa do isolamento devido à pandemia do vírus Covid 19, para manter a vida.

E assim, já por muitos meses ficamos vivendo o reencontro causado pelo isolamento. Trouxe a proximidade, o carinho, as diferenças e as revelações

do convívio, mesmo que forçado. Muitas famílias aproveitaram esse tempo para se descobrirem, se aproximarem, outras infelizmente, se separarem!

Como há muito não se via, mudanças vieram e tivemos de aprender a aceitá-las e inovar rapidamente. O desafio para o ser humano tira-o da zona do conforto, da rotina e impõe novos paradigmas.

Assim, fomos forçados ao reencontro, às novas formas de trabalho, as novas formas de estudo, as novas formas de relações institucionais, as novas formas de relações familiares. As novas formas, como há muito não se via.

MULHERES E PANDEMIA

Deisily de Quadros

O ano de 2020 teve início como muitos outros: esperança de um tempo melhor, os mais supersticiosos vestindo essa ou aquela cor para dar sorte, lentilha e uvas para ter uma mesa farta no novo ano, “adeus ano velho, feliz ano novo” cantarolado por alguns.

O que não esperávamos, era a chegada de uma pandemia. Com ela, nossa rotina mudou, sentimentos como medo e ansiedade passaram a habitar o espírito, a saudade do abraço divide espaço com o cuidado com aqueles que amamos. Palavras até então desconhecidas ou esquecidas passaram a fazer parte do nosso vocabulário: pandemia, Covid-19, home office, ensino remoto, testar positivo.

Foram muitas mudanças em um curto período de tempo, sem dúvida. Mas, ademais das alterações na rotina e no vocabulário, a pandemia veio nos mostrar as desigualdades que, mais do que nunca, gritam de forma aguda e insistente, enfatizando que estão ali, diante dos nossos olhos, que parecem se acostumar a vê-las, deixando de reparar que existem.

As pesquisas nos mostram que quem é mais afetado pela doença são as pessoas mais pobres, que não têm condições de manter o distanciamento social e, muitas vezes, nem mesmo a higiene e os cuidados necessários para manter o coronavírus distante. Nos Estados Unidos, dados mostraram que a população negra foi a mais atingida. Por quê? Porque os negros têm menos condições de acesso aos cuidados necessários e tratamento.

Vemos claramente o fator econômico interferindo quando tratamos da pandemia. Mas, quero chamar atenção aqui para outro aspecto: o de gênero. A desigualdade que ainda temos entre homens e mulheres foi também denunciada pela pandemia.

Com a mudança da rotina, veio a sobrecarga – sim, ela já existia, mas se acentuou. Conciliar o trabalho – seja home office ou presencial – com a organização da casa e o ensino remoto dos filhos tornou-se um grande desafio. Limpar a casa, fazer a comida, lavar, passar, organizar, acompanhar as aulas e tarefas escolares dos filhos e ainda produzir no trabalho. E há divisão dessas tarefas entre o homem e a mulher?

Infelizmente, o que os dados apontam é que não. E é preciso ficar claro que “ajudar” não é o mesmo que “dividir” as tarefas e responsabilidades que são

essenciais, mas também não pagas e, por isso, invisíveis. A divisão sexual do trabalho é historicamente utilizada no processo de subjugação da mulher aos interesses da sociedade com olhar predominantemente masculino. Somos ensinados e condicionados, de geração a geração, a perpetuar a sociedade patriarcal em que as tarefas domésticas e a educação dos filhos é papel exclusivo da mulher. O homem ajuda, mas não compartilha, não divide.

A pandemia veio reforçar esses estigmas historicamente construídos e afirmados por gerações. Segundo Nara Carvalho, vice coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos e professora do departamento de Direito da UFJF-GV, “pela divisão sexual do trabalho, há funções tidas como femininas, especialmente relacionadas a afazeres domésticos (por vezes sequer percebidos socialmente como pertencentes à categoria trabalho), e a profissões voltadas ao cuidado com o outro (num desdobramento das funções supostamente naturais de esposa, mãe e dona de casa). À mulher, cabe servir, devendo ser especialmente devota à família e filhos, em um processo que a aproxima do estatuto de propriedade – mulher é mais objeto dos seus do que sujeito de si mesma”. Isso, sem mencionar a violência doméstica contra mulheres, que, conforme apontam as pesquisas,

aumentou muito neste período de isolamento social.

É necessário, portanto, ficarmos atentos a essas questões, para uma melhor distribuição das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos, e não somente durante a pandemia. A ONU, no objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, prevê “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” do mundo até 2030. Mas, como podemos observar, temos, ainda, um longo caminho pela frente.

ASSÉDIO MORAL EM *HOME OFFICE*: CONHECER PARA NÃO FAZER E NÃO PERMITIR

Dinamara Pereira Machado

A sociedade hodierna tem experimentado momentos de análise e práticas que alteraram diretamente o *modus operandi* ao qual estávamos habituados. No contexto de pandemia em que estamos vivendo, surge um debate: a sociedade pode parar ou não deve parar?

Quando citamos a sociedade, destacamos principalmente o setor de produção, indústria, educação, comércio etc. Há que se dizer que o trabalho é um direito fundamental, garantido na Constituição Federal, e para além traz consigo a dignidade humana.

Ao mesmo tempo em que há urgência em mantermos o trabalho diante da pandemia, ressurgem as discussões acerca do assédio moral. E mesmo diante de tantas análises, enfrentamentos e a construção desse novo momento, o assédio moral precisa ser revisitado.

Na perspectiva em que o trabalho precisa continuar e a manutenção da vida é primordial, o contexto tecnológico surge como saída para que a

máquina econômica não pare; uma alternativa foi a de buscar a opção do trabalho em casa, o chamado home office.

O IBGE (2018), mesmo antes da pandemia, já demonstrava que 3,8 milhões já atuavam em home office, e em 2020, 43% das empresas brasileiras adotaram o home office, conforme posto pela pesquisa Betania Tanure Associados, e 71% dos profissionais se dizem mais felizes na nova modalidade de trabalho, a partir da pesquisa da Owl Labs.

Mesmo diante do contexto, algumas questões ainda estão em tempo de amadurecimento pelo tempo e epistemologicamente no campo da psicologia, da sociologia (...), e ousamos indagar: qual o impacto no cotidiano das famílias ao trazer o ambiente do trabalho para casa? Os profissionais estavam ou ficaram preparados para conviver com conjugar demandas profissionais e pessoais? O espaço físico externo do trabalho era um espaço externo a sua realidade pessoal? A saúde emocional foi considerada no decorrer dos meses pelas empresas? O profissional conseguiu estabelecer rotina de trabalho a partir de distintos recursos tecnológicos?

Quando realizamos as indagações acima é para refletirmos acerca do assédio moral. Esse tema está disciplinado na Consolidação das Leis Trabalhistas

(CLT). O artigo 483, alíneas “b” e “e” da CLT estabelecem o assédio moral como condição para que o empregado considere rescindido o contrato, tendo direito a pleitear a devida indenização.

O assédio moral pode ser definido como atitude ou comportamento recorrente, expondo os colaboradores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas vezes. Geralmente, tal expressão se refere a atos ocorridos durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.

Na prática, o ato de expor o empregado a situações humilhantes (como constrangimentos em frente a outros empregados), exigir metas inatingíveis, negar oportunidades de descanso quando outros empregados são dispensados, agir com rigor excessivo ou colocar “apelidos” constrangedores nas pessoas da equipe.

Seguem algumas práticas que podem caracterizar assédio moral no ambiente de trabalho; neste caso, abordado em home office:

Isolar o colaborador dos demais colegas, não dando oportunidades para o crescimento e não o convidando para participar das reuniões, deixando sua posição sempre como última alternativa;

É fundamental que todos os colaboradores

tenham o mesmo nível de oportunidades perante o portfólio de trabalho;

Negar oportunidade de participação do colaborador; negar espaço para que ele ou ela possam expressar suas ideias ou pontos de vista a respeito de decisões que são tomadas em grupo;

Diminuir o papel ou a importância do colaborador perante o grupo de trabalho, com opiniões constrangedoras, tipo: você não faz nada certo, não podemos contar com você para nada, onde você põe a mão, dá problemas;

Constranger a pessoa a tal ponto que ela precise ser medicada ou precise de acompanhamento psicológico; quando o indivíduo perdeu o ânimo para o trabalho e precisa de acompanhamento médico. A situação é tão estressante que a pessoa já não aguenta mais.

Criar situações constrangedoras a ponto de forçar o colaborador a pedir demissão do trabalho. Não existe mais um ambiente harmônico para que a pessoa desempenhe suas tarefas, e então é forçada a pedir para sair.

Sugestões para um bom ambiente de trabalho:

O ambiente de trabalho deve ser criativo e harmônico, as pessoas que fazem parte da equipe devem estar motivadas e certas de que sua contribuição

para o desenvolvimento do trabalho pode ser útil nesse tempo de medo e insegurança; a autoimagem do colaborador é muito importante;

Continue promovendo humanização, comemorando os nascimentos, os aniversários, as festas (...);

Estabeleça programas de acolhimentos entre os colaboradores;

Publicize e conheça os canais de Compliance;

Não seja cúmplice de assédio moral;

Certifique-se tanto dos programas de atendimento médico como psicológico, para que o ofendido não fique prejudicado em suas emoções.

O trabalho é um direito fundamental para a dignidade humana, e que deve ser garantido para todos. As pessoas precisam trabalhar, as empresas precisam seguir com seu ritmo oferecendo oportunidades para que os colaboradores possam exercer suas profissões de maneira exitosa, motivadora e, principalmente, com dignidade e manutenção da vida. Cabe aos gestores ou àqueles que se encontrarem em cargos de chefia, exercerem suas tarefas de maneira cordial, respeitosa e humana; o trabalho deve ter forte grau de humanidade para que se tenha estrutura emocional e para atravessar os momentos difíceis da pandemia.

O QUE VOCÊ ESCOLHE: FURAR O ISOLAMENTO OU A REALIDADE?

*Danielle Fracaro da Cruz
Eduardo Santana Valli*

Em tempos de isolamento social, temos a cada dia novos desafios. Nossa percepção da realidade vem se modificando e se edificando em novas alternativas. A história tem sido narrada a partir de várias nuances e os jogos são exemplos de narrativas capazes de tirar o jogador do isolamento, propondo interações, descobertas e boas histórias. Nesse universo criativo, os jogadores deixam de ficar trancados e isolados em suas casas, imergindo em aventuras de diferentes temas, diferentes épocas, diferentes cenários.

Passemos a pensar no jogo como uma forma de linguagem, que aprimora a comunicação, despertando um efeito significativo na construção da identidade do jogador. Esse processo de criação identitária, reflete também na maneira como o jogador interage a partir da escolha do jogo. Além disso, um jogo deve ser considerado um aparato para a leitura e o seu jogador reconhecido com um leitor.

Por ser uma possibilidade de leitura, a prática do jogo tenciona a imaginação, a partir de uma ação interativa, que apresenta um efeito de flexibilidade e criatividade, além das múltiplas viabilidades em relação às várias narrativas que podem ser produzidas. Caracterizando-se assim como um aparato de interação que facilita a compreensão de procedimentos artísticos, interferindo na interpretação.

Essas considerações nos possibilitam construir algumas perguntas decisivas nesse momento: seriam os jogos, os facilitadores de novas formas de despertar interpretação? Passariam os jogadores a conhecer e experimentar o mundo físico com os mesmos critérios subjetivos que usam para definir suas escolhas nos consoles? Estaria o isolamento social afirmando que a interação virtual intermediada por jogos pode consolidar novas formas de leitura do mundo? Responder todas essas questões demandaria formas mais específicas de pesquisas quantitativas e qualitativas, mas esse não é o objetivo desse texto.

Talvez o simples fato de que algumas perguntas possam ser feitas apenas a partir do isolamento social, seja um importante elemento revelador acerca da realidade. Os jogos, escolhidos como protagonistas dessa pauta, aparecem nos centros das discussões relacionadas ao isolamento e as formas encontradas

para manter a sanidade. Aspectos positivos como conseguir abstrair o indivíduo das duras limitações de interação social que o momento exige, tem sido levantado nas discussões acadêmicas e numa percepção estratégica do mercado cultural. Sem dúvidas, essa percepção tem sido apropriada pelos diferentes setores de produção audiovisual visto que muitas séries, em serviços de streaming, têm adaptado jogos e proposto modelos mais interativos em suas narrativas.

Na leitura desses jogos que moram nossas inquietações, pois ainda que estes produtos culturais possam ser importantes ferramentas na percepção de diferentes leituras, os jogadores assumem uma posição consciente frente a isso? Da mesma forma que poderíamos indagar se um leitor, assume uma postura de consciência em relação ao livro que tem em mãos: ele investiga a vida e as motivações do autor? Percebe os detalhes da editoração? Pensando objetivamente: este leitor vai além das percepções que compõe determinada estrutura narrativa e usa a leitura do livro com um aprendizado na leitura de mundo, ou vê seu processo de leitura como uma desejada abstração da realidade?

Esse texto é resultado de um esforço para contextualizar as formas perceptíveis de enfrentamento da realidade, por uma camada da população que não está necessariamente preocupada com os efeitos que ameaçam a essência da vida, mas encaram outras preocupações e fazem o uso de jogos digitais, nesse momento. Trata os efeitos benéficos da articulação de jogos digitais como suposições, nos permitindo fazer certos questionamentos podem ser importantes numa escolha para ler o mundo nas condições atuais, funcionando como um decisivo caminho para pensar no aprimoramento das dúvidas. Quem sabe assim consigamos analisar concretamente o ser humano naquilo que ele produz, considerando como este significa e ressignifica suas próprias criações.

EM TEMPOS DE PANDEMIA, QUAL A IMPORTÂNCIA DE "SER TOCADO" PARA O SER HUMANO?

Daniele Belter Ferreira Ceni

Embora pareça ser um assunto sem importância, há diversos estudos que tratam deste tema. Por que o "tocar" é objeto de pesquisas? Primeiramente, vejamos o que significa o termo tocar: colocar-se em contato com alguém; encontrar: minhas mãos tocaram nas dela; nossos lábios se tocaram.

Portanto, tocar é na realidade um encontro. Consequentemente, o encontro geralmente se concretiza quando há um toque.

Quero retratar aqui do encontro de pessoas na forma presencial, ou seja, da importância do toque para uma pessoa, tanto em dar como em receber. O antropólogo e humanista inglês Ashley Montagu ao escrever o livro *Tocar – o significado humano da pele*, descreve a pele como o primeiro órgão de comunicação humana, sendo uma porção exposta do sistema nervoso.

Lamentavelmente, com o passar do tempo, a

cultura humana em algumas situações, ensina que tocar nem sempre é bom, ou seja, é feio, inapropriado e mal educado. O controle social “antitoque” vence, e por aparências e convenções sociais deixamos de ir ao encontro do outro com o toque do abraço.

O toque considerado mais natural e aceito socialmente é o da mãe para com seus filhos. A figura do pai (masculino) já não deve tocar, não fica bem. Ainda mais homem para com outro homem. Bom, as opiniões são muitas e diversas.

Mas precisamos refletir, o toque realmente é importante em nossas vidas? Sim, fundamental!

Observe por exemplo, quando se perdoa alguém sobre algo, o que é importante para selar o perdão? Um abraço. Como é importante este abraço a quem recebe, e a quem o oferece nesta ocasião. Não pode haver um reencontro somente com uma frase, com um símbolo, é preciso um aperto de mão (toque), um abraço (toque), um beijo (toque).

Nessa reflexão, compreendemos que é necessário o tocar para o ser humano. Ajuda até em adquirir resistência contra doenças, criamos anticorpos. O afago, o carinho, a expressão de amor traduzida no toque afável, traz bem estar, a quem recebe e a quem oferta.

Neste momento em que estamos passando, a

pandemia causada pelo Covid-19, exigiu distanciamento social, mas trouxe a proximidade inesperada de quem já estava perto, e distante ao mesmo tempo.

Por outro lado, quantas situações foram reveladas? Infelizmente apareceu até a violência, por ter de suportar a presença do outro que antes estava rotineiramente longe, cumprindo suas obrigações profissionais. Agora tão perto, a um toque apenas.

Outros ainda insistem que o toque na tela de um celular é suficiente para aproximar centenas de contatos. Será mesmo aproximação? Ou será que as mantêm a uma distância segura, longe de um toque humano?

ACABOU 2020

Larissa Priscila Bredow Hilgemberg

O texto que segue foi escrito no início de outubro de 2020, momento em que a pandemia do Covid19 estava no auge até então.

Essa semana minha filha, uma menina esperta e sapeca de seus quatro anos, encontrou nossas decorações de Natal. Correu para mim e perguntou: “mãe, posso decorar a casa pro Natal?”. Veja bem, acabamos de entrar na primavera e ainda temos muitas semanas para a data festiva.

Enfim, ela arrumou nossa sala com bolinhas, Papai Noel, a estrebaria com o menino Jesus e tudo o que ela conseguiu organizar sozinha. Hoje, então, ela passou a cantar músicas natalinas e agora eu escrevo este texto com um chapéu de Papai Noel na cabeça, cantarolando junto com ela “bate o sino, pequenino, sino de Belém!”, enquanto isso, ela arruma presentes e cartões de Natal.

A brincadeira me fez refletir sobre o tempo, sobre história e sobre este ano.

A percepção de tempo é algo muito singular e

única. E a cada fase de nossas vidas o tempo se mede de forma diferente. Mas, é fato e todos concordam que o ano de 2020 ficará marcado, afinal, é atípico. Dois mil e vinte, com todas as suas adversidades e notícias difíceis de serem digeridas (e não me refiro apenas à Pandemia do Covid-19) marca sua presença nos registros históricos e sociais, políticos, biológicos, ambientais, culturais, humanos.

E, não é apenas minha filha que gostaria que o Natal estivesse chegando, afinal, as decorações e festas natalinas simbolizam algo além da festa cristã, significam uma virada de página, um ano que termina e outro que inicia, com novos desejos, perspectivas e possibilidades.

Assim, muitos já fixam seu olhar no próximo ano e declaram que o que estamos é findado e não há mais o que tirar dele, justamente por todas as intempéries que tivemos em menos de doze meses. Há ainda aquele que encerram o ano e o colocam numa caixa lacrada, de forma a esquecê-lo e fazer como que nunca tivesse existido.

Porém, apesar das dificuldades e das tragédias que nos tomaram, não devemos esquecer ou acabar com este ano antes do tempo. Mas precisamos aprender com ele. Olhar de forma crítica para o que vivemos e estamos vivendo e transformar isto em

questionamentos e memória histórica. Entender como nós, como humanidade, podemos melhorar, podemos crescer, nos desenvolver.

Aliás, aprender história não é aprender sobre o passado. É aprender sobre o futuro. Estudar história é entender o que aconteceu antes de nós, as lutas, os acontecimentos, as sociedades numa perspectiva de olhar para frente, de nos posicionarmos sobre o que desejamos e o que não desejamos que aconteça conosco. Olhar para trás para idealizar o que vem à frente.

Dois mil e vinte ainda não acabou! Mesmo quando chegar o tempo de cantarmos músicas natalinas e decorarmos com luzes e pinheirinhos nossas casas, ainda assim, 2020 não vai ter terminado e quando terminar, que não seja trancado em uma caixa, mas que as memórias adquiridas durante este ano fiquem vivas e nos proporcionem novas histórias, mais críticas e mais empáticas.

A VOLTA ÀS AULAS NA MAIOR PANDEMIA DO SÉCULO

Gladisson Silva da Costa

A epidemia de Sars-CoV-2 assolou o mundo em 2020 e forçou uma parada (brusca) na máquina capitalista. Nos países que levam a ciência a sério, as pessoas foram obrigadas a se reinventar diante de períodos de lockdown e/ou restrições graves da circulação. No Brasil, a situação foi um pouco diversa, uma vez que nunca foi realizado um lockdown como se deve. De qualquer forma, diante da maior pandemia do século, mesmo aqui, onde negacionistas insistiram e insistem em ignorar a gravidade da situação, nossas vidas foram alteradas.

Aquele normal pré-pandemia acabou! É difícil, eu sei, mas acabou. Não sabemos quando essa pandemia irá regredir, ou se ela irá regredir, tendo em vista o avanço das novas variantes do coronavírus. Desta forma, lidando com a realidade disponível, estamos caminhando para o segundo ano da pandemia sem vislumbrar sequer onde está a luz no fim desse túnel.

Dentro desse turbilhão de mudanças, as instituições de ensino não ficaram ilesas. Suas rotinas foram drasticamente impactadas pela pandemia. Um local de aglomeração por excelência, a escola teve que fechar as portas logo após a identificação dos primeiros casos de COVID no país e a rotina teve que se adaptar ao ambiente virtual.

Embora algumas escolas tenham lidado relativamente bem com esse “novo normal”, foi uma mudança traumática. Elas nunca haviam sido modificadas com essa velocidade e intensidade.

Como mecanismo de defesa, simplesmente migraram suas atividades do mundo físico para ao mundo virtual, como se estivessem apenas esperando a tempestade passar para, então, voltar à sua estrutura secular que, apesar de muito defasada, praticamente funciona sozinha (para o bem ou para o mal).

Depois de mais de um ano de pandemia, a ficha já deveria ter caído entre os gestores. A tempestade não vai passar tão cedo e, quando passar, vai deixar uma realidade bem diferente daquela vivida no longínquo ano letivo de 2019.

Entretanto, as escolas, em sua grande maioria, não moveram um milímetro na direção de uma alteração definitiva em suas rotinas e em sua estrutura

física para um possível retorno às aulas presenciais em meio à pandemia. Basicamente, o que fizeram foi inserir na dinâmica escolar tradicional algumas questões de higiene, como uso do álcool em gel, e algumas medidas paliativas de inibição de aglomerações (quem já visitou alguma escola na vida, sabe que tais medidas são bem fantasiosas).

Não há um plano de reforma significativa nas instituições de ensino público do país, buscando adaptá-las a esta nova realidade. As escolas do nosso país foram pensadas sob uma lógica que se aproxima mais de um sistema prisional do que educativo. A ventilação e a iluminação das salas são péssimas (e agora, perigosas!), as áreas de convivência são mínimas e evitar a aglomeração de docentes e discentes é quase impossível. Além disso, é bom lembrarmos que a quantidade de alunos por sala no Brasil é absurda, sobretudo nas escolas públicas (já lecionei em salas de aula com tantos alunos que não havia espaço sequer para a mesa do professor e era quase impossível acessar a lousa sem esbarrar em alguma carteira).

Diante desse quadro, a gritaria pelo retorno das aulas no pico da pandemia é cruel, insensível e irresponsável. Entretanto, em algum momento as aulas presenciais fatalmente serão retomadas, mas em que condições?

É necessário e urgente pensarmos em mudanças na dinâmica das escolas que possibilitem o retorno seguro das aulas presenciais em um ambiente onde a pandemia esteja minimamente controlada, uma vez que o fim dela ainda está muito distante. A escola como a conhecíamos, acabou. E, quanto mais cedo digerirmos isso, melhor. Essa constatação parece óbvia, mas, parafraseando Bertolt Brecht, estes são tempos em que é necessário dizer o óbvio.

O “novo normal” precisa ser diferente. Não é mais possível regredirmos no tempo ou simplesmente fingirmos que nada aconteceu. Sempre se falou da necessidade de se modificar a estrutura arcaica das escolas. A pandemia esvaziou as escolas e permitiu que mudanças importantes fossem adotadas. Nada foi feito, e agora nossas crianças e adolescentes seguirão aguardando um momento em que a educação será tratada com a importância que merece. A maior pandemia do século não foi suficiente para isso.

RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: COM OU SEM PASSAPORTE VACINAL?

Dinamara Pereira Machado

Quando as políticas governamentais escolhem o caminho do meio, a população fica à deriva nas suas escolhas, e o caminho do “não sei para onde ir” ou a perspectiva de atender quem usa maiores argumentos podem conduzir o caminhar da população para o abismo.

O Ministério da Educação esclareceu via meios de comunicação que é inconstitucional a exigência de cartão de vacinação como pré-requisito para o retorno presencial nas atividades escolares do ano letivo de 2022. Mas, ao mesmo tempo, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 14, no parágrafo 1, uma criança deve estar com todas as vacinas em dia: “obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”. Eis, então, o caminho do meio, ou de estabelecimento de discursos contrários.

Se a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já autorizou a vacinação de crianças, por que o MEC delegou determinada decisão para os pais? Teria a família conhecimento suficiente para decidir se uma criança deve ou não tomar determinada vacina? E quando falamos em conhecimento aqui, trata-se de conhecimento científico.

Quando temos políticas e determinações que desconstroem o caminho habitual, se abre uma lacuna que, neste caso, é o questionamento do próprio Plano Nacional de Imunizações. Será que nossas crianças realmente precisam da vacina da BGC (contra a tuberculose, aplicada ainda na maternidade), da tríplice viral, da tetravalente, da vacina contra a paralisia infantil, dentre outras? Seria a marca da BCG uma aberração dos diferenciados dos demais? Será que aquela ou outra vacina mudou nossa formação genética? Perguntas semelhantes começam a surgir em todos os espaços digitais, fomentadas por discursos que questionam as vacinas sem estarem pautados na ciência. E, então, temos a peleja entre os grupos contrários à vacinação e grupos favoráveis.

Realmente este é um assunto complexo, que extrapola o conhecimento de quem é professor. Afinal, nossos estudos são voltados à educação, não à saúde. O que importa para nós, os professores, é termos crianças

e adolescentes saudáveis em nossas salas de aula, prontos para aprender e viver. No entanto, os fatos nos dizem muito: o último caso de paralisia infantil no Brasil foi registrado em 1989 e o motivo é simples: a confiança da família na vacina. O que nos preocupa é que, ano após ano, os pais estão deixando de vacinar seus filhos, por não acreditarem na doença e suas mazelas muitas vezes fatais, por crenças infundadas. Enfim, não é simplesmente o desacreditar na vacina, mas acreditar que podemos avançar sem o (re)conhecimento da ciência.

Dessa forma, discutir começar o ano letivo com ou sem passaporte vacinal representa apenas uma visão superficial do momento vivido e o fenômeno contemporâneo em que muitos acham que sabem tudo e podem discutir e tomar decisões sobre todos os assuntos. Vamos refletir juntos: será que realmente estamos discutindo passaporte vacinal, ou apenas estamos teimosamente desconstruindo uma cultura de saber estabelecido pela ciência e por profissionais que debruçam anos de estudo sobre o tema? O que você acha? Nossos estudantes merecem ser respeitados. Que o nosso retorno às aulas seja seguro para os alunos e toda a comunidade escolar.

LEITURA: ABRIGO E CONFORTO EM TEMPOS SOMBRIOS

Thays Carvalho Cesar

Vivemos talvez a fase mais crítica da pandemia do Coronavírus no Brasil. Conforme dados do Consórcio de Veículos de Imprensa, obtidos a partir das secretarias estaduais de saúde, já são mais de 300 mil óbitos em nosso país desde o registro do primeiro caso e, no dia 23/03/2021, chegamos ao número de 3 mil mortes diárias. Em tempos em que o negacionismo contribui para a perda de muitas vidas, é difícil saber de onde tirar forças para superar tantas adversidades.

A pandemia nos levou a várias mudanças de hábitos, ao famigerado distanciamento social, aos cuidados com a higiene cada vez mais rígidos e à sensação de que um simples respirar, sem o uso de máscaras, perto do outro, pode oferecer riscos à sua vida. Vimo-nos obrigados a confinar nossos idosos para sua proteção e a pensar nas coisas que são, de fato, essenciais.

Não quero que este seja um relato apocalíptico, pois mesmo diante das situações mais críticas há coisas

que podem tirar o foco de tanta tragédia e fazer brotar em nós um pouco de vida. Uma dessas coisas é a leitura. Por anos, a antropóloga francesa Michèle Petit estuda os benefícios da leitura em contextos de crise e, ao ler um de seus livros, uma questão me intrigou: o que esperar da leitura em uma situação como a presente?

A leitura nos permite ver a vida de outra forma e contribui para uma atividade de reconstrução de nós mesmos. Ao lermos um livro, encontramos elementos que estão relacionados com nossos anseios internos, com aquilo que somos e desejamos ser. Para Petit, mais do que fazer uma interpretação erudita, o essencial da leitura é o trabalho de pensar, de fazer associações com a nossa realidade.

Quem nunca torceu pelo sucesso de uma personagem durante a leitura de um livro? A relação do leitor com a história, no momento da leitura, é de identificação e cumplicidade. É ela que permite a ressignificação das experiências trágicas que vivemos em nossas vidas. Ao vermos que a personagem, em situação semelhante à nossa, consegue superar as dificuldades, o sentimento de que também podemos (nos) superar toma conta de nós, leitores.

Podemos nos apropriar efetivamente de um texto e dividir com ele nossas angústias, pois, algumas

vezes, dependemos do outro “para revelar nossas próprias fotografias” e ler um livro é como encontrar o “outro”. É uma forma de nos reconhecermos e de elaborarmos, no sentido psicológico da palavra, angústias de nossas vidas. Ao tomarmos a leitura como uma prática social, vemos que ela não é um ato solitário, mas coletivo e, como toda experiência humana, é dual, ambígua e dividida.

Então que possamos, neste momento de incertezas, fazer como os bebês, que costumam pousar livros abertos sobre a cabeça, como se fosse um pequeno telhado. Pois o livro é uma espécie de “casa”, que nos abriga e conforta, e que podemos carregar conosco e voltar para ela sempre que quisermos.

Se os tempos pandêmicos nos fazem sentir sozinhos e ansiosos, ler um livro pode nos dar o alento que precisamos. Desde o início da pandemia houve um significativo aumento na venda de livros em nosso país, fato comprovado pela pesquisa realizada pelo 11º Painel do Varejo de Livros no Brasil em novembro de 2020. Esses dados sugerem que as pessoas estão lendo mais, o que é uma boa notícia.

Interpreto o aumento na venda de livros como um sinal de que as pessoas têm percebido o valor que as leituras têm nesses tempos sombrios. Os seres humanos têm a necessidade de sonhar, contar piadas e

compartilhar histórias para completar sua experiência nesse mundo. A realidade muitas vezes não nos basta e é esse sentimento de incompletude que pode nos impulsionar a buscar novos mundos não explorados nas páginas dos livros.

Os livros existem para completar, imaginariamente, um mundo que é incompleto e imperfeito. Com a licença devida ao poeta, adapto frase e a proclamo com ares de prece: se nada nos salva da morte, que pelo menos os livros nos salvem da vida.

TECNOLOGIA DIGITAL: *DEUS EX MACHINA* DA EDUCAÇÃO

Renan da Cruz Padilha Soares

Quando o protagonista de uma história ficcional se encontra em apuros, cercado, sem nenhuma solução clara pela frente existem várias maneiras da autora dar prosseguimento à narrativa. Uma dessas maneiras é, talvez, a mais preguiçosa e previsível: *Deus ex machina*. A expressão em língua latina significa “Deus surgindo da máquina” e representa uma solução externa à narrativa ficcional que se apresentava. O protagonista recebe super poderes, ou um objeto de poder, ou mesmo um deus vem em seu auxílio. Como disse, uma solução fácil e simplista para um problema que poderia ser complexo, mas não insolúvel.

O processo educativo, em todos os seus âmbitos macros e micros é complexo e de difícil solução. Não é de hoje, inclusive, que se aponta que, tal como o protagonista da história ficcional, a Educação encontra-se em apuros. Cercada, atacada, violentada ao longo dos anos possui enorme dificuldade de cumprir seu papel social e contribuir para a construção de uma sociedade livre e justa para todos.

Nesse quadro, a solução é tão complexa quanto o problema e, talvez, mais misteriosa. Ainda assim, a forma como a tecnologia digital no processo educativo tem sido apresentada desde, pelo menos, os anos 1990 (e possivelmente antes disso) carrega característica do *Deus ex machina* das histórias ficcionais. No lugar de um autor preguiçoso ou pouco criativo, temos alguns gestores, empresários e até parte dos educadores para os quais o uso das tecnologias digitais é a solução em si para todos os problemas da educação. Visão esta carregada de uma doutrina tecnicista, que se apresenta com nova roupagem antenada à linguagem e ao pensamento do século XXI.

A pandemia de COVID-19 acelerou esse processo. As necessidades de distanciamento social fizeram do uso da internet o caminho para a não paralização das atividades humanas em geral e do processo educativo em particular. Apesar de alguns setores da sociedade anunciarem felizes como a pandemia permitiu que a tecnologia digital fosse amplamente utilizada no processo de ensino-aprendizagem, a realidade é que esse contexto histórico escancarou desigualdades sociais e regionais que já existiam, além de expor os educadores ao aumento de sua carga de trabalho, com resultados cada vez piores.

Não estou querendo dizer que a tecnologia digital é, portanto, um problema. Longe disso! É obrigação da Educação absorver o desenvolvimento tecnológico e produtivo da humanidade e acompanhar a sociedade ao seu redor. A tecnologia digital abre possibilidades que jamais poderíamos pensar há 20 anos atrás. Mas precisamos ter muito claro que ela é uma ferramenta incrível, que nos permite pensar em diversas soluções para o processo educativo e não a solução em si.

Acreditar que a tecnologia digital, por si só, resolverá os problemas da educação é esperar que a solução caia do céu. Porém, se em um livro de ficção o uso do *Deus ex machina* tem como consequência, no máximo, o desapontamento do leitor, na Educação as consequências são muito mais graves. É preciso compreender que os caminhos que devemos percorrer para alcançar os objetivos da Educação passam por uma complexa rede de pessoas e instituições, que devem estar dedicadas em um amplo e fraterno debate democrático, que respeite os interesses coletivos da população e rejeite a apropriação do que é público por indivíduos isolados. E, em todo esse processo, a tecnologia digital é uma ferramenta essencial para potencializar essa busca incansável e complexa por uma educação de qualidade e para todos.

EU NÃO TENHO CANETA, PROFESSOR!

Danielle Fracaro da Cruz

Há quem diga que a interatividade digital pudesse levar a prática da escrita à morte. Sendo essa a grande preocupação de muitos pais e professores, que estavam preocupados com as crianças e jovens passando muito tempo em frente à tela do computador ou celular. Em tempos de pandemia, com aulas, reuniões e até aniversários em ambiente virtual, as ferramentas de interativas estão cada vez mais importantes e o professor não pode evitá-las.

Com o advento da internet e dos recursos digitais, a habilidade da escrita vem se reconfigurando, assim como para desenvolver outras habilidades e atividades do cotidiano, também é necessário adaptar a prática aos novos mecanismos. Quando precisávamos ir ao supermercado, apanhávamos um bloquinho, uma caneta e anotávamos tudo o que era preciso comprar. Hoje, basta fazer o *download* de um aplicativo no seu *smartphone* e clicar nos itens que gostaria de acrescentar na lista. Além disso, é possível que a sua lista seja interativa, podendo compartilhar com alguém da sua

família, por exemplo.

A interação desperta a curiosidade e a criatividade, já que por meio dela somos levados a perceber outros pontos de vistas, reconhecer a opinião e o modo de ver as coisas. E quem foi que disse, que a prática da escrita não pode ser uma atividade interativa? Além de compartilhar a lista de compras, você consegue imaginar como seria uma obra literária escrita por várias mãos, uma história desenvolvida de forma colaborativa? Exemplos de narrativas colaborativas são as *fanfic*, abreviação de *fan fiction*. Ou seja, histórias que são produzidas por fãs de livros, filmes, séries, que por meio dos mesmos personagens recriam as narrativas de modo interativo e colaborativo com outros fãs, virtualmente, em plataformas específicas para a produção do gênero discursivo. As *fanfics* não se detém apenas nas plataformas virtuais de criação. Elas ganharam espaço nas impressoras de editoras e nas prateleiras de livrarias.

Talvez, o nosso grande desafio é indagar sobre o que nossos filhos, nossos estudantes tanto fazem em frente às telas. Mas, não podemos esquecer que as tecnologias digitais radicalizaram a prática da escrita. A sociedade se tornou mais textualizada diante das mais variadas possibilidades e recursos de comunicação, seja por meio dos *sites* de redes sociais ou ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros espaços que possibilitam

a inserção no universo textual. No contexto pedagógico, devemos lembrar, que é a partir desse novo espaço, que se ampliam as oportunidades de práticas com a linguagem, despertando a imaginação e criação para aprimorar as habilidades que são almejadas de acordo com as diretrizes curriculares.

Ainda, hoje, muitos acreditam que o papel do professor está pautado apenas no ensino da estrutura e formato do texto. Mas, é preciso pensar que nossos estudantes apresentam um perfil que exige o desenvolvimento global, de modo a ser fazer necessário o trabalho a partir dos fatores sociais, políticos e culturais. É por isso que se destaca que a prática pedagógica deve estar alinhada aos instrumentos e documentos legais, no que diz respeito ao trabalho com as atividades comunicativas que despertem o domínio da linguagem, mas, sobretudo, esse trabalho deve ser interativo, criativo e divertido.

Capítulo II

Letras e História

O conjunto de artigos reunidos nesta coletânea é fruto de um trabalho coletivo e interdisciplinar, desenvolvido na área Línguas e Sociedade por uma instituição de Ensino Superior. Naturalmente, muitas das ideias produzidas nesses textos refletiram a dedicação que os linguistas e historiadores possuem para pensar e elaborar argumentos sobre seus respectivos temas de interesse. Mas isso não exceceu a participação de docentes de outras áreas do conhecimento da instituição, pelo contrário, muitos se juntaram ao grupo para contribuir com os artigos. Portanto, neste capítulo, os temas abordados se conectam, se entrelaçam e confluem no objetivo de estabelecer interfaces entre linguagem, história e práticas sociais.



“NÃO SOU TUAS NEGAS” OU COMO O RACISMO CONTAMINA A LÍNGUA

Maristela dos Reis Sathler Gripp

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão. São apenas 132 anos que nos separam desse regime cruel que transformou homens livres em propriedade de outros. O nosso modelo social ainda está impregnado pelo racismo e pelo preconceito gerados por esse período lamentável da nossa história como nação.

De acordo com a profa. Lilia Schwarcz, o racismo é uma linguagem social que está presente em várias esferas da sociedade. E isso fica mais palpável quando lemos sobre os xingamentos desferidos contra um motoboy num condomínio de luxo em São Paulo, quando um jogador de futebol é chamado de “macaco” por torcidas enfurecidas ou, ainda, quando uma juíza decide condenar um homem negro usando a sua cor de pele como motivação. São formas de expressão que revelam muito daquilo que pensamos e sentimos em relação aos negros no nosso país.

Nesse sentido, a linguagem age como mantenedora dos aspectos culturais relacionados a um regime escravocrata e, com isso, expõe os preconceitos embutidos como uma forma de agressão. Apesar do racismo fazer parte da nossa constituição enquanto povo, certos usos deveriam ser banidos totalmente do nosso vocabulário justamente pela sua carga negativa e pejorativa.

O professor Luiz Melo Rosa, da E.M. Herbert Moraes, situada no Rio de Janeiro, cansado de ouvir os xingamentos entre os alunos, resolveu listar os mais usados e descobriu que entre as 600 expressões coletadas, 365 eram de cunho racista. São expressões que passam de pai para filho e acabam sendo naturalizadas no dia a dia. Expressões que nada têm de ingenuidade, pelo contrário, ajudam a reforçar estereótipos contra a população negra e justificar atos de violência verbais contra ela. Vejamos algumas dessas expressões:

CRIADO MUDO: O nome do móvel, que geralmente é colocado na cabeceira da cama, vem de um dos papéis desempenhados pelos escravos dentro da casa dos senhores brancos: o de segurar as coisas para seus “donos”. Como o empregado não poderia fazer barulho para atrapalhar os moradores, ele era considerado mudo. Logo essa expressão se refere a esses

criados.

LÁPIS COR DE PELE: Num país miscigenado, qual seria a cor da pele?

MULATA: O substantivo vem de “mula”, animal derivado do cruzamento de um burro com uma égua. Era como as filhas bastardas de homens brancos, geralmente Senhores do Engenho, com mulheres negras, geralmente escravas, eram chamadas. Sobretudo, é um termo racista.

DA COR DO PECADO: Essa expressão geralmente é utilizada como forma de elogio. Existe até música sobre a história de amor com um homem da cor do pecado. Mas essa expressão está longe de ser um elogio. Antigamente, ser negro era considerado pecado. Os poderosos da época, junto com integrantes da Igreja Católica, justificavam a escravidão como um castigo divino. Então, dizer que alguém é “da cor do pecado” é associado a algo negativo.

SAMBA DO CRIOULO DOIDO: Embora remeta a uma famosa música, é uma expressão racista por não só estereotipar os negros, como discriminá-los. Troque ela por palavras como “estardalhaço”, “alvorço”, etc.

TER UM PÉ NA COZINHA: Durante a escravidão, as mulheres negras que trabalham dentro da Casa Grande podiam ficar apenas na cozinha, sendo

proibida a circulação delas por outros cômodos. Foi daí que surgiu essa expressão: da privação da liberdade de escravas e da segregação de mulheres negras. Não quer dizer que você é o chef do momento. Cuidado!

“CABELO RUIM”, “CABELO DE BOMBRIL”, “CABELO DURO” E “QUANDO NÃO ESTÁ PRESO ESTÁ ARMADO”: A questão da negação da nossa estética é sempre comum quando vão se referir aos nosso cabelo Afro. São falas racistas usadas, principalmente na fase da infância pelos colegas, que se perpetuam em universidades, ambientes de trabalho e até em programas de televisão, com a presença negra aumentando na mídia. Falar mal das características dos cabelos dos negros também é racismo.

NÃO SOU TUAS NEGAS: Essa é uma expressão extremamente racista. Na época da escravidão, eram recorrentes os estupros, assédios e agressões contra as mulheres negras. Já com as mulheres brancas o tratamento não era o mesmo. A frase remete a essas mulheres, escravas, a quem no imaginário popular tudo poderia ser feito.

DENEGRIR: Sempre que alguém utiliza essa palavra é para dizer que está sendo difamado ou injustiçado por outra pessoa. Mas segundo o dicionário Aurélio, a definição de “denegrir” é “tornar negro,

escurecer”. Então, utilizar a palavra denegrir, de forma pejorativa, é extremamente racista.

A COISA TÁ PRETA: Quer dizer que a coisa está ruim, perigosa, complicada – porque, afinal, está preta, e nada que é preto pode ser bom. É uma expressão racista para nunca mais usar.

DOMÉSTICA: A palavra, usada hoje para retratar secretárias do lar, vem do termo “domesticado”, que é tudo aquilo que o homem pode domesticar, incluindo animais. Surgiu em meados do século XVI, da necessidade de patrões brancos encontrarem um termo para classificar as escravas negras que trabalhavam para eles e eram domesticadas através da tortura.

SERVIÇO DE PRETO: A expressão é utilizada com a intenção de diminuir uma atividade realizada e é preconceituosa por desqualificar o trabalho e a competência de pessoas negras.

INVEJA BRANCA: Na contramão de todas as expressões e palavras anteriores, “inveja branca” significa uma inveja que não faz mal, que é do bem. Ou seja, associando à cor branca a coisa é boa, legal e não machuca.

QUEM NÃO CONHECE A ÁFRICA?

André Luiz Moscaleski Cavazzani

Mariana Bonat Trevisan

Minha filha, nesses dias, me viu com uma camiseta temática na qual estava escrito “A África não é um país”. Ela olhou com ar de dúvida, demorou, mas, para o alívio de um pai preocupado, completou: “ah, entendi África é um continente com um monte de países, né? Mas pai”, ela continuou, “você nem veio de lá, por que tá usando essa camiseta?”.

Como pai sei que esses momentos não se perdem e, assim, segui investindo no tema e perguntei: “E precisa ser de lá, minha filha?”. Buscando gerar empatia continuei o questionamento: “você não acha chato quando vê por aí uma pessoa dos Estados Unidos se espantando em descobrir que Buenos Aires não é a capital do Brasil?”. Terminei, a reflexão com a seguinte pergunta: “é ok que num país onde quase a metade da população descende de africanos saibamos tão pouco sobre a África?”. Ela ficou pensativa e eu também.

A conversa me tocou tanto que, no dia seguinte, levei o assunto para debater com alguns colegas. E,

vejam só! Este equívoco, além de ser mais comum do que parece, não se limita às crianças. Foi o que disse, então, minha colega, professora Mariana, com quem assino esta breve reflexão. Para apoiar sua constatação, trouxe exemplos recentes de situações ocorridas com ela enquanto lecionava História da África no ensino superior. Nas primeiras aulas, disse ela: “costumo sempre começar questionando meus alunos: O que é a África?”. Sem meias palavras, muitos respondem: “Um país” ou “um grande país”. Há, ainda bem, os que repreendem, denunciando o erro: “a África é um continente, não um país!”. Porém, neste mesmo contexto, não são raros os alunos que, ao serem indagados sobre nomes de capitais e países africanos mencionam a Jamaica ou o Haiti. Ou seja, seguiu pontuando a professora Mariana: “identificam a presença afrodiaspórica na região, mas erram os países, especificidades de suas culturas e localizações”.

Em suma, sabe-se pouco da África aqui no Brasil. Diante disso, depois desta conversa, perguntamos a você leitor: teríamos os mesmos equívocos se o mesmo desafio fosse repetido indagando-se onde se localizam, no mapa mundi, Estados Unidos ou a Inglaterra? Talvez não.

Como professores de história entendemos que os equívocos em relação à África, narrados acima, não se dão sem motivo. O estudo e ensino da História da África em nosso país, como disciplina obrigatória, a constar dos currículos escolares e universitários é relativamente recente. Foi chancelado pela lei 10.639 de 2003 e, ainda, enfrenta sérios desafios para ser implementado não apenas como direito, mas como fato.

É verdade que avançamos muito e muitos livros didáticos já acrescentam o tema em seus índices. Porém, não é raro encontrar por aí, no contexto escolar como um todo, vícios de interpretação que simplificam a História do Brasil como um derivado de processos europeus. Vícios de nascença, talvez, já que a primeira obra de síntese sobre a história do Brasil, a História Geral do Brasil, veio das mãos de um historiador, Adolfo de Varnhagen, filho de mãe portuguesa e pai alemão.

Séculos e séculos de História Africana acabam comprimidos em uma página ou duas páginas de forma acessória, enquanto o mundo europeu, por sua vez, recebe abundante atenção. O grande africanista brasileiro Alberto da Costa e Silva observou em 2015, numa interessante entrevista, “que descendentes precisam saber que a história da África é tão bonita quanto a da Grécia, que eles não eram bárbaros, que não

são descendentes de escravos. São descendentes de africanos que foram escravizados.” Eu e a professora Mariana que, “nem viemos de lá”, como disse minha filha, somos da opinião de que temos o direito de conhecer, estudar e ensinar História da África em toda sua riqueza, diversidade e complexidade. Mais do que isso, como brasileiros, temos este dever, afinal quem não conhece a África não conhece o Brasil.

PETRÓPOLIS: A LAMA E A MEMÓRIA OFICIAL

*Mariana Bonat Trevisan
Renan da Cruz Padilha Soares*

No dia 15 de fevereiro de 2022 o Brasil assistiu horrorizado as terríveis experiências vivenciadas pela população de Petrópolis (RJ) em decorrência de um forte temporal que atingiu a cidade. A enxurrada que causou deslizamentos, centenas de óbitos (no momento em que escrevemos este texto o total está em 198 mortos) espalhou lama por toda cidade e também revelou uma triste realidade, muitas vezes ocultada e esquecida pela construção da memória oficial de Petrópolis, a cidade Imperial.

Andando pelo seu centro histórico (e para além dele) as referências aos tempos de Império se encontram por toda parte - dos casarões históricos (pertencentes a algum nobre ou membro da elite do passado) ao nome das ruas e do comércio. Logo após o vislumbre das referências imperiais, surge em seguida a memória ligada à colonização alemã da segunda metade do século XIX. Assim, quem conhece Petrópolis superficialmente sai com a impressão de ter passeado por um conto de

fadas, cheio de reis, rainhas e gente branca, uma urbe com um ar “europeu”.

Porém, longe de caracterizar uma Petrópolis real (condizente com as condições de vida da grande maioria de sua população), a imagem da linda cidade imperial é uma memória oficial, construída coletivamente e com claras intenções. Toda memória é fruto do presente em que foi construída e do presente em que é mantida, guardando estreitas relações com estes momentos de mobilização.

Ao longo dos anos, a memória oficial de Petrópolis selecionou aquilo que os poderes estabelecidos desejavam que fosse lembrado, silenciando e ocultando grandes problemas e questões sociais que, sendo invisíveis, não precisariam serem enfrentados. Portanto, os desastres periódicos na cidade e a sua imaculada imagem oficial não são processos sem relação. Os grupos que se encastelam no poder (e isto não é privilégio da cidade imperial), produzem memórias que se relacionam diretamente com seus projetos de sociedade.

Assim, espalharam-se por Petrópolis monumentos imperiais e nomes alemães. Mas paralelamente a toda memória oficial correm memórias concorrentes, subterrâneas. Portanto, ainda que não haja

uma placa para lembrar ao distraído turista, é preciso falar que onde hoje é o exuberante Palácio de Cristal havia antes um quilombo. Ainda que se esqueça de mencionar que próximo aos casarões dos nobres da Av. Koeler, ao final da rua, havia em outros tempos um mercado de pessoas escravizadas.

É preciso lembrarmos e ressaltarmos que a cidade imperial, que tanto se orgulha de sua tradição imperial e alemã, também era uma cidade de africanos, afro-brasileiros escravizados e seus descendentes, muitos dos quais ficaram embaixo da lama depois desse triste dia de fevereiro de 2022. Uma cidade tão complexa quanto nosso país.

Por mais que a memória oficial de Petrópolis pinte uma cidade bela e branca, a enxurrada de fevereiro revelou o lado esquecido e ocultado da cidade de Pedro II. Pois, aqueles que a memória e o poder oficial esquecem e tentam sistematicamente apagar da história são os mais atingidos pelas tragédias que chocam a coletividade no presente.

A lama que suja o monumento à figura serena do Imperador, é a mesma que destruiu vidas e trajetórias, causada pelo descaso de um poder público que não só abandona parte de sua população, como também busca apagar essas pessoas da História. Mas como disse Peter

Burke, “a função do historiador é lembrar a sociedade aquilo que ela quer esquecer”. Então, aqui estamos.

SER SURDA É ME EMPODERAR: TEATRO E TRADUÇÃO ARTÍSTICA

Rafaela Piekarski Hoebel

A questão que norteia esse texto recorre à minha experiência com o teatro. No cenário da minha prática, gostaria de iniciar falando sobre a peça teatral infantil *Cirandas Brasileiras*, dirigida por Itaércio Rocha, por ser um marco incrível, simbolizando minha inserção como atriz tradutora na esfera artística. Uma peça para presença maciça de surdos e ouvintes.

Historicamente, os surdos não frequentavam o teatro, pela falta de intérpretes de Libras. Ainda quando a presença deste profissional se fez obrigatória, muitas experiências interpretativas seguiram padrões tradicionais e com pouco envolvimento, indumentárias padrão e sinalizações sem recursos de expressão e corporalidade.

O espetáculo *Cirandas Brasileiras* causou grande impacto na cidade de Curitiba. Acredito que o trabalho em parceria, em conjunto, entre tradutor surdo e ouvinte, é um diferencial, isso porque enriquece o processo. Na

tradução que produzi com o tradutor Jonas Medeiros, pudemos construir uma poética em dueto, dinâmica e em diálogo com todos os artefatos da peça. Poemas, músicas, rimas, trocadilhos visuais, uma miríade de possibilidades performáticas em língua de sinais, representando a cultura e a história com canções de cirandas. Foram 25 músicas que nos exigiram uma pesquisa cultural, tratamento linguístico em nossa tradução, criação de códigos tradutórios entre eu (surda) e o tradutor (ouvinte), uma vez que, não escutando nada, a corporalidade do tradutor ouvinte era meu apoio com marcações, códigos e compassos.

Para além do seu importante suporte, a troca de luzes, troca de figurinos e acessórios dos atores, movimentação da cena e até mesmo a mudança no telão de fundo do palco eram indicadores das cenas subsequentes. Meu olho se ampliou para todos os detalhes que poderiam me fornecer a dimensão temporal e sequencial da peça.

Metodologicamente, nosso trabalho em parceria envolveu um processo de pesquisa textual sobre as origens e contextos históricos das cantigas, busca de imagens e referências visuais, ensaio, gravação de traduções e mais ensaios. Toda pesquisa foi fundamental para nossa apresentação, ampliou nosso potencial

tradutório e deu origem a um trabalho que se concretizou numa produção poética em dueto, performance sinalizada em Libras.

Além dessa experiência, trabalhei também com Jonatas na tradução artística, performatizando uma contadora de histórias na peça o *Menino Quadrado e o Mundo das Palavras*, com direção de Fátima Ortis.

A peça infantil mesclou teatro com linguagem cinematográfica, posicionando a contadora em um telão. Fui convidada para fazer uma personagem em especial, numa janela de Libras, com indumentárias idênticas as da contadora ouvinte da peça, Rosi Greca. Em uma janela grande, uma contadora-tradutora surda para o público. Tanto a peça *Cirandas Brasileiras* quanto a peça *O Menino Quadrado*, são realizadas em benefício do Hospital Pequeno Príncipe e com produção em Libras da Fluindo Libras.

Por fim, tive a oportunidade de trabalhar como Diretora de Corpo na peça Teatral *Surdo Logo Existo*, com direção de Gabriela Grigolom e Jonatas Medeiros. A peça é composta apenas por atores surdos, contando com 11 atores em cena. Um trabalho em equipe e com muitas trocas. Na peça, além de atriz, atuei na direção de corpo do elenco, trabalhando com os espaços, posições e ritmos em cena. *Surdo Logo Existo*, a primeira peça teatral

constituída apenas por elenco de surdos, foi apresentada em Curitiba no teatro Guaíra e a presença de surdos no espetáculo foi massiva! Tivemos de fazer apresentações extras para dar conta de tantos surdos interessados em ver outros surdos atuando e representando uma história surda.

Fora o teatro, meu trabalho como tradutora no audiovisual percorreu funções como consultora de interpretação de debate político, revisora de tradução, tradutora espelho de campanha política, tradução de publicidade na comunidade surda. Ah, não poderia deixar de mencionar minha experiência como atriz tradutora em um clipe musical com a cantora Raissa Fayel. Na parceria tradutória de sempre, incluímos, de forma muito significativa, a presença da Libras como elemento da narrativa da Música Zoiúda.

Enquanto surda, me vejo professora, artista tradutora, consultora, diretora de corpo e atriz. Uma das frases que marcou minha vida está no folder da peça *Surdo Logo Existo* que é “Nós surdos, existimos e resistimos, sempre!”

As experiências aqui citadas marcaram minha vida e trajetória. O trabalho em conjunto com um tradutor ouvinte permite isso. A junção. E, finalizando, gostaria de tecer um breve comentário sobre “privilégio

ouvinte”, porque o que citei aqui como trajetória, infelizmente, é muito incipiente, pois o espaço da interpretação é dominado por intérpretes ouvintes que não oportunizam o trabalho conjunto com intérpretes surdos, não buscando o apoio mútuo. Queremos intérpretes aliados que nos apoiem e incluam os profissionais surdos também em suas atividades.

Ainda acrescento o privilégio de uma sociedade ouvinte que tem acesso a todos os meios de comunicação e espaços culturais em suas línguas. Você, ouvinte, já pensou o quanto você tem o privilégio de acesso onde os surdos são completamente apagados? No seu cenário linguístico e cultural, repare: cadê os surdos? onde estamos? onde está nossa língua em programas de entretenimento? nos jornais? nas novelas ou filmes? teatro, música? Nosso acesso é naturalmente negado. Embora com uma pequena presença, um tanto estranhada, ou causadora de emoção, a língua de sinais tem aparecido um pouco mais nos últimos anos, e, com muita luta e articulação dos movimentos surdos, estamos conseguindo estabelecer alguns direitos, ainda poucos, principalmente se comparados a todo o privilégio de acesso dos ouvintes.

MAIS NETIQUETA, POR FAVOR

Deisily de Quadros

Mais do que nunca, estamos entrelaçados à tecnologia nas nossas ações diárias. A pandemia veio colocar em evidência uma realidade que, de certa forma, já estava escancarada diante de nosso nariz. Reuniões e aulas por diferentes plataformas, postagens em redes sociais, comunicação com a família por aplicativos de celular. A pandemia intensificou nossas relações com o outro – sejam amigos, familiares, colegas de trabalho – por meio da tecnologia.

Com isso, a comunicação que acontece no ciberespaço também ficou ainda mais em evidência. E com ela, as dúvidas: plataformas, aplicativos, redes sociais exigem regras na comunicação, no uso da língua? Ou vale tudo? É aí que surge a netiqueta, que é a junção de dois termos: net (internet) + etiqueta. Ou seja, segundo a professora Christiane Lemos, são regras básicas de comunicação e uso da língua para garantir a boa convivência na internet, no ciberespaço, para nos comunicarmos com nossos interlocutores.

A netiqueta, portanto, nos auxilia a evitarmos falhas e ruídos na comunicação, bem como as famosas gafes. Gafes essas que acontecem, muitas vezes, por acreditarmos que no ciberespaço vale tudo. Por crermos que podemos falar tudo o que pensamos, da forma que queremos, sem pensarmos na situação comunicativa, no suporte e, principalmente, no interlocutor. Assim, a primeira dica para se comunicar com eficiência via tecnologia é ter conhecimento do que se quer comunicar, onde irá comunicar e para quem irá comunicar. Sugiro mais cinco cuidados essenciais, partindo da netiqueta, para que possamos nos comunicar com mais assertividade no ciberespaço:

1. Letras maiúscula. Usar maiúscula somente se quiser destacar uma palavra. O uso de maiúscula em todo o texto dá a impressão de grito, de agressividade. Para dar destaque a expressões, podemos usar ainda o negrito ou o itálico.

2. Emojis. Esses, estão em alta. O uso de emojis acompanhando o texto tornam a comunicação mais leve, menos formal. Mas é necessário lembrar que todo excesso prejudica a comunicação.

3. Usar o imperativo. Muitas vezes, a pressa do cotidiano ou estar num cargo hierárquico numa empresa faz com que o imperativo impregne a comunicação. Faça!

Leia! Escreva! Troque por: Você poderia escrever? Cai muito melhor, não? Cortesia auxilia não só na comunicação, mas na relação humana. Saudação e despedida em mensagens e e-mails sinalizam cortesia também.

4.Mensagens públicas. E-mail copiando muitas pessoas, chats de eventos, fóruns. Lembre-se sempre de que há mensagens que devem ser encaminhadas de forma privada. Chamar a atenção de alguém, apontar um erro: mensagem privada, sempre!

5.Fakenews. As famosas notícias falsas. Cuidado ao repassar e compartilhar mensagens recebidas. Cheque sempre a veracidade para não cair em armadilhas e gerar desinformação.

Além desses cuidados, a professora Débora Ramos chama a atenção também para a necessidade de evitar compartilhamento de correntes, mensagens religiosas e políticas em grupos de trabalho, bem como evitar áudios e textos longos e prolixos. E destaca que é preciso sempre avaliar o ambiente em que estamos para avaliarmos a situação comunicativa de modo a evitar deslizes.

Dessa forma, o cuidado com a linguagem, como podem perceber, precisa existir também nas redes sociais, WhatsApp, e-mails, chats, tutorias. Seja em

ambiente acadêmico, de trabalho ou com a família, a netiqueta se faz essencial. Precisamos ter cuidado ao nos expressarmos, aos usarmos a língua portuguesa. E lembrar que nem sempre precisamos ter uma opinião formada sobre tudo. É essencial, também, saber ouvir.

LITERATURA PARA QUÊ, OU COMO ABORDAR A LITERATURA NA ESCOLA?

Cleber Cabral

A questão da literatura no espaço escolar é um assunto que, de tempos em tempos, retorna à mídia. Muito já se debateu sobre a hora ideal para apresentar autores x ou y do período w ou z da literatura brasileira para estudantes dos ensinos fundamental e médio. Na fala de políticos, *youtubers* e outros profissionais, não faltam opiniões sobre o que deve ser lido ou não e por quem.

Entretanto, no debate sobre o ensino da literatura, duas questões se confundem e são deixadas de lado: a escola como espaço de formação de leitores e como lugar de ensino de literatura. A primeira diz respeito a estimular a prática da leitura autônoma, por gosto, não só para cumprir finalidades curriculares ou escolares. A segunda, à promoção do contato com textos literários, clássicos ou não, que auxiliam a refletir sobre as realidades e as culturas brasileiras e de outras comunidades, culturas, línguas e países.

A partir dessas questões, pensemos não em o que, mas em como se ensina ou como textos literários são apresentados por professores. Isso leva a outra questão: o drama entre a necessidade de cativar os alunos *versus* a obrigação de cobrar leituras de conteúdos de certos autores, considerados fundamentais. Com isso, a tarefa do professor se converte em aversão e a possibilidade de instigar o interesse pela leitura ou acaba ou se torna inviável. Diante dessa circunstância problemática, entre estimular o prazer de ler e a obrigatoriedade de repassar conteúdo, como, então, querer que se desenvolva o interesse e hábito de ler?

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, divulgada em 2020, pela primeira vez identifica hábitos dos brasileiros sobre a leitura de literatura. Chama atenção que, dentre os autores e livros que os entrevistados mais gostam e mencionaram, Machado de Assis é o mais citado, com *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Claro, aparecem na relação, também, autores e livros mais recentes. Mas a menção a um autor considerado difícil e inadequado por alguns é digna de nota.

Retomando a questão do ensino de literatura, independente se de autores clássicos ou recentes, vejamos o que a Base Nacional Comum Curricular

propõe a respeito: De acordo com este documento, a literatura e as artes, de modo geral, são percebidas não como conteúdos curriculares, mas como instrumentos de interação social e de comunicação, meios de transmissão da cultura, dos conhecimentos e ensinamentos de comunidade. Nesse sentido, elas perpassam toda a trajetória de formação do estudante, visando a estimular o desenvolvimento do hábito de leitura, com a finalidade de formar alunos com um pensamento crítico, aberto às diferenças. Portanto, a prática da leitura literária, isto é, quando o leitor estabelece com o texto uma relação prazerosa, é concebida como contribuição tanto para a formação escolar quanto para o desenvolvimento pessoal de todos os alunos.

Desse modo, se a literatura promove reflexão crítica sobre o mundo, ignorar os gostos, hábitos e interesses de leituras dos estudantes é um equívoco. Afinal, professores são leitores e mediadores, criadores de pontes, não de barricadas. E os livros não podem ser tijolos a serem usados para criar barreiras à leitura. Dito isso, qual é o lugar da literatura brasileira na educação, hoje? Um lugar em expansão a ser construído todos os dias com a colaboração de todos. Afinal, em todos os lugares, a todo instante, existe sempre alguém contando uma estória.

Portanto, se a linguagem de Gregório de Mattos, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Clarice Lispector ou Cecília Meirelles parecem distantes, torne-a próxima! Como? Conectando esses textos aos de autores mais recentes, relacionando a outras formas artísticas, como filmes, jogos eletrônicos, séries, histórias em quadrinhos, músicas. Além disso, um gesto simples é fundamental: antes de apresentar um autor, pergunte aos seus estudantes o que eles leem. A partir dessa informação, articule os gêneros, textos e escritoras/es apresentados a outras referências. O importante, aqui, é não perder de vista que uma aula é uma conversa colaborativa e coletiva, uma narrativa tecida a muitas vozes. Portanto, mostre aos estudantes como os repertórios culturais estão conectados, formando uma tradição, isto é, um conjunto de ideias que se comunicam, transmitem e são retomadas no decorrer da História.

Assim, a leitura de literatura, dentro ou fora das escolas, está longe de ser uma questão simples. Não há respostas fáceis sobre como estimular e não afastar estudantes, independente da faixa etária, do prazer de ler e escrever. Há, sim, muito o que pensar. Por exemplo: os meios necessários para viabilizar uma rede nacional de escolas leitoras; como fomentar o acesso de estudantes e professores a livros de autores clássicos e

fora do cânone; em políticas públicas de incentivo à leitura, de apoio a bibliotecas públicas de qualidade; investimentos na formação e capacitação contínuas de professores.

Se, como disse Bartolomeu Campos de Queirós, a leitura só é possível na liberdade, escute, acolha e respeite as escolhas do outro. A literatura não se reduz a um conteúdo curricular, ela é um espaço de reflexão sobre nossos tempos e as desigualdades que nos cercam. Por isso, um poderoso meio para sonharmos mundos possíveis e escrevermos outros modos de viver.

VOCÊ É FELIZ? REFLEXÕES SOBRE EDGAR MORIN E A POESIA DA VIDA

Larissa Priscila Bredow Hilgemberg

Você é feliz? Você consegue responder esta pergunta? E como você se sente quando pensa sobre a sua felicidade? Se você não soube responder minha pergunta, leia o que Edgar Morin tem pra nos explicar sobre Felicidade!

Em 2021, Edgar Morin completou 100 anos de vida. Ele, que é filósofo, sociólogo e antropólogo, conhecido principalmente como pai da teoria da complexidade, é também um pensador sobre a felicidade e a poesia da vida. Mas, o que seria a poesia da vida? E por que compreender e refletir sobre os ensinamentos de Morin podem nos ajudar a responder à pergunta que fiz anteriormente: você é feliz?

Morin afirma que nossa vida é parte prosa e parte poesia.

A prosa é a nossa vida prática, são as responsabilidades do dia a dia, as contas por pagar, os problemas que surgem e que precisam de soluções, são

as nossas obrigações e, assim como o texto em prosa, é uma vida padronizada e séria.

Por outro lado, a poesia, assim como o gênero literário, é artística, criativa, bela. É o que Morin diz que “nos faz florescer, nos faz amar, nos faz comunicar”.

A felicidade, para o filósofo, não é contínua, temos muitos momentos de infelicidade em nossa vida. É possível, inclusive, que você tenha respondido à pergunta que fiz no início com um “não sou, mas, estou feliz” ou, ainda, se você estiver em um dia ou momento de vida difícil, tenha respondido com um sonoro “Não, não sou feliz”. A felicidade é frágil e ela depende de nossos momentos de poesia, e não dos momentos de prosa.

A prosa nos permite sobreviver, permite que cumpramos nossas obrigações. Mas a poesia, ah, a poesia é o que nos possibilita mais do que apenas sobreviver, ela nos permite viver! E é vivendo a vida poeticamente que encontramos os momentos de felicidade e alegria que precisamos para seguir em frente, é na poesia que podemos sonhar, criar, amar e ser amados.

Então, eu reformulo minha pergunta para você: você vive sua vida poeticamente? Permite que a poesia complete cada espacinho do seu dia e do seu viver? Ou você foi preenchido totalmente por um texto em prosa,

cheio de deveres e importâncias, mas monótono, sem graça, sem beleza ou êxtase?

Espero que sua resposta tenha sido positiva para uma vida poética, mas, se por acaso sua vida está mais para a prosa que para a poesia, convido você (e a mim também, todos os dias) a olhar para dentro de si, encontrar aquele pedacinho de poesia que sobrou e, assim como a massa de pão, que precisa ser trabalhada para crescer, você comece a trabalhar diariamente a poesia da sua vida, para que ela cresça e traga aquele cheiro bom como o pão logo depois de assado.

Aliás, é nos pequenos detalhes da vida que encontramos essa poesia, no pão e café cheirosos, no pôr do sol, na chuva colorindo o asfalto. Em uma vida em que já temos tanta prosa (que encontramos tantos problemas, em nós e em nossa sociedade), é nos momentos de felicidade diária que conseguiremos encontrar poesia e beleza.

E, se você ainda não sabe onde encontrar a poesia da vida, Morin explica: “ora, a poesia da vida está no amor, na amizade, no divertimento, na dança, no êxtase, na festa”.

Desejo a você, leitor, uma vida repleta de poesia!

QUE INGLÊS VOCÊ FALA?

Edna Marta Oliveira da Silva

“Ô, teacher, você morou fora quantos anos?”

“Teacher, você fala inglês britânico ou americano?”

“Tô pensando em fazer aulas com um falante nativo pra aprender inglês.”

Você, caro(a) colega de profissão, já deve ter ouvido isso de seus alunos em algum momento da sua carreira, não é verdade? Digo isso por experiência própria: é grande a curiosidade dos alunos em saber como a *teacher* aprendeu a se comunicar em outra língua e se foi com um “falante nativo”. Isso sinaliza a existência de mitos muito recorrentes sobre a aprendizagem de língua estrangeira (no meu caso, a inglesa) sobre os quais eu gostaria de tecer alguns comentários.

Tenho trabalhado como professora de inglês desde 2000, mas meu contato com essa língua começou ainda na adolescência, pelos idos dos anos de 1970. Lembro-me muito bem que, nessa época, existia uma mítica em torno de quem era capaz de se comunicar em

outra língua. Na escola de idiomas onde comecei meus estudos, por exemplo, havia um certo “status”, digamos assim, se você fosse contemplado, naquele semestre, de ser aluno de um dos professores “nativos”. Também me recordo de serem somente esses mesmos professores os responsáveis pela aplicação dos exames internacionais de proficiência em língua inglesa e as provas de produção oral, por razões que dispensam comentários. Existia, nas entrelinhas desses exames e em nossas aulas de inglês, uma certa pressão para tentarmos reduzir ao máximo o nosso sotaque brazuca quando tentávamos no comunicar em língua inglesa.

Thank God time has changed! (Graças a Deus, os tempos são outros!) Será mesmo? Tenho cá minhas dúvidas. Ainda persiste a ideia equivocada de que só seremos falantes perfeitos de língua inglesa ou de qualquer outra língua estrangeira se morarmos anos em outro país ou se nossa pronúncia for igual a de um “falante nativo”. E aqui já começa o primeiro problema: qual é a sua referência de “falante nativo”? Não se iluda com o primeiro impulso em afirmar que é uma pessoa nascida nos Estados Unidos, por exemplo. Esse é um país tão continental quanto o Brasil. Faça, então, uma rápida comparação: qual seria o “falante nativo” do português brasileiro? Um gaúcho? Um paraense? Um goiano? Um

fluminense? Ou um paulista? Talvez exista uma tendência em acharmos que o falar paulista ou carioca seria o típico português brasileiro, porém, isso se deve mais a questões políticas e econômicas do que linguísticas em si. E se expandirmos essa ideia a outros países que adotam a língua inglesa como oficial, tais como a Jamaica ou a África do Sul, obviamente, a dificuldade em se estabelecer um “padrão” linguístico será igualmente complexa.

Mas que tipo de inglês, então, devemos falar? Aquele que é possível e que cumpra o seu papel principal que é o da comunicação. *Mas e o sotaque? Todos vão perceber que sou estrangeiro(a).* Sim, e qual é o problema com isso? O seu sotaque nada mais é do que o indicativo de que você é um ser bilíngue (ou trilíngue, ou multilíngue, quem sabe?) e está fazendo um esforço de comunicação na língua do outro. Simples assim.

Por fim, um outro mito que de me dá arrepios só em pensar é o fato de um “falante nativo” ser considerado o melhor professor de línguas estrangeiras. Pense novamente comigo: você fala português há anos como língua materna. Você conseguiria dar aulas de português? Isso, claro, caso você não tenha formação em Letras e tenha conhecimentos sobre os processos de ensino e aprendizagem, metodologias de ensino.

Perceba: você tem domínio linguístico, sem sombra de dúvidas. Mas isso não é o suficiente para fazer de você um professor(a) de português. Por que, então, acreditar que um falante “nativo” de uma língua estrangeira seria?

Lembre-se que aprender – qualquer coisa que seja – demanda tempo, dedicação, esforço e comprometimento. A mesma lógica se aplica ao ensino de língua estrangeiras. Milagres não existem e, acredite, não é o fato de um “falante nativo” ser seu(sua) professor(a) que irá garantir o seu sucesso de aprendizagem. Se você compreende e se faz entender, você está cumprindo com o papel principal, que é o da comunicação. E não é justamente essa a razão pela qual nos aventuramos na aprendizagem de outras línguas?

SOMOS RIDÍCULOS (DE LEGAIS) E DAÍ?

Danielle Fracaro da Cruz

Thays Carvalho Cesar

Fazemos escolhas o tempo todo, dentre elas, escolhas lexicais, afinal temos autonomia para decidir quais serão as palavras e/ou expressões que utilizaremos nos mais variados contextos. Em decorrência disso, pode-se dizer que a língua muda. As gramáticas resultam normalmente de um trabalho fundamentado na língua literária, contudo, ela não é a língua comum, essa que usamos em nosso dia a dia quando conversamos, lemos jornais, revistas, ouvimos notícias pelo rádio e pela TV. A língua é viva e acompanha o desenvolvimento da sociedade e as necessidades comunicativas dos falantes.

Recentemente vivenciamos uma polêmica, protagonizada por Everaldo Marques, narrador da Globo, que atribuiu um novo significado à palavra “ridículo”. O narrador, conhecido por narrar os jogos da NBA (Associação Nacional de Basquetebol dos EUA), fez uso do bordão “Você é ridículo!”, como forma de

enaltecer as vitórias brasileiras nos Jogos olímpicos de Tokio. Mas, afinal, qual seria a intenção do narrador ao fazer uso de um adjetivo que, segundo o dicionário, está revestido de uma conotação negativa, para um momento de comemoração pelas medalhas recebidas?

Mesmo que pareça sem prestígio, a utilização linguística dos bordões não deve ser desprezada, já que está atrelada aos aspectos sociolinguísticos, principalmente, aos fatores culturais que estão relacionados à TV brasileira. São essas marcas e expressões que carregam uma carga de humor e marcam personagens, que se eternizam historicamente na linguagem popular. O uso da língua varia de época para época, de região para região, de classe social para classe social, e, neste caso, de contexto para contexto.

Nos estudos de linguística textual conduzidos por Koch e Travaglia, a intencionalidade está relacionada ao modo como o produtor constrói seu texto a fim de alcançar seus objetivos na interação comunicativa. Para estudar a intencionalidade de um texto, é necessário avaliar se as intenções do autor são claras e definidas, caracterizando assim a intencionalidade explícita, ou se a intenção é percebida por meio de recursos linguísticos como a escolha do léxico, sentido figurado e ironia, o que caracteriza a intencionalidade implícita.

Ao analisarmos o uso do bordão pelo locutor esportivo, compreendemos que houve intencionalidade implícita de Everaldo Marques, tendo em vista a opção de Everaldo pelo uso da expressão emprestada da língua inglesa, e concordamos com o uso da expressão com a finalidade empregada.

Portanto, sabe aquela jogada muito bem-feita? Aquele momento em que o atleta merece todos os elogios possíveis? Pois bem, *“that is ridiculous”*, em língua inglesa. A expressão, utilizada de forma corriqueira nos esportes na “terra do tio Sam”, não tem conotação negativa ou a intenção de macular a imagem de determinado jogador, mas de exaltar seus feitos esportivos.

SOBRE AS DIFICULDADES DE LER, HOJE

Cleber Araújo Cabral

Ler, do latim *legere*, quer dizer escolher captar com os olhos. Mas esse gesto é tão antigo quanto o ser humano. Começamos lendo a natureza, o céu, o sol e as estrelas, para nos orientarmos nos caminhos do dia, da noite e da passagem dos dias. Depois, passamos à leitura dos alimentos e dos animais, distinguindo um fruto verde de um maduro, um venenoso de um benéfico, os selvagens e os amigáveis. Aos poucos, passamos a perceber, também, os sinais de quando alguém está saudável ou doente, feliz ou triste. Por fim, inventamos meios de escrever nossa interpretação do mundo em linguagens, imagens, símbolos.

Em comum, esses gestos nos mostram que somos criaturas leitoras, que percorremos o mundo e a nós mesmos como textos. Ler, por ser verbo, sinaliza um movimento de abertura, descoberta, exploração, viagem. Para quê? Guiarmo-nos nos caminhos do livro da vida, obra sempre provisória, continuamente reescrita, ora a borracha, ora a lápis. É por meio da leitura e da palavra

que compreendemos nossa realidade e, por meio de palavras, nos entendermos.

Mas e quando não conseguimos ler, ou o mundo se torna ilegível? O que essa dificuldade diz de nós, do tempo e do mundo nos quais vivemos? Gostaria, a partir de um conjunto de situações de leitura e de imagens do leitor, que prestemos atenção, também, nas dificuldades de perceber e compreender o que lemos. Por qual motivo? Pelo fato desses momentos serem tão instrutivos como aqueles em que conseguimos olhar ou falar sobre o que apreendemos de uma situação, página ou pessoa.

Muitos já abordaram as relações e impactos das tecnologias digitais na cultura do impresso e, por extensão, em como escrevemos e lemos. Fato é, nossa leitura, hoje, é mais acelerada e fragmentária do que era há 10 anos atrás. Isso se deve a vários motivos, sobretudo à ampliação da velocidade que produzimos e fazemos circular informações. Disso decorre um problema: essa aceleração da criação de conteúdos modificou as formas como atribuímos sentidos para o que lemos e, por extensão, aos modos que relacionamos essas informações à nós mesmos e à realidade ao nosso redor. Que tipos de leitor e de leituras essa aceleração tem produzido?

O escritor Alberto Manguel, inventivo explorador de lugares imaginários, propõe três figuras para pensarmos a história do leitor e das leituras: o viajante, a torre, a traça. O primeiro, percorre as páginas para descobrir o mundo. O segundo, se isola da realidade para a ler de longe. O último, tem fome de livros, mas muitas vezes se alimenta deles sem os digerir. Cada um deles encontra nos textos um ponto de partida para explorar o universo de formas diferentes. Como essas metáforas se relacionam com o contexto atual?

A traça se transforma em grilo, que pula de página em página, de aba em aba, de link em link, sem se demorar naquilo que lê/vê. O viajante, agora, transita não mais pela floresta de tinta, mas pelo oceano digital, a observar terras em constante atualização, passando de ponto a ponto da rede, parando apenas para um print ou selfie, aqui ou ali. A torre deu lugar à casa, refúgio no qual, a partir de telescópios, ora portáteis, como os smartphones, ora fixos, como as telas, permitem ver o mundo, mas sem os riscos da aproximação e do contato. Em comum, são leitores que experimentam pouco daquilo que leem, que não se demoram naquilo que as paisagens e as pessoas, com as quais têm contato, podem oferecer.

Só conseguimos ler ao percebermos as conexões entre textos e pessoas. E isso demanda não só envolvimento, mas disponibilidade. Dedicar tempo para ler é escolher compreender a si mesmo e as realidades nas quais se vive. Nesse ponto, a leitura é um convite ao reencontro com o mais próximo e distante de nós, no tempo e no espaço, seja o mundo fora de casa, seja a palma de nossas mãos. Se não conseguirmos ler, isso diz de nossa dificuldade de conexão com o que está ao nosso redor, apesar de hiperconectados. Cada texto amplia as nossas perspectivas, muda nosso olhar para os universos ao nosso redor. Retomando as metáforas do mundo como livro e da vida como viagem, lembremos que elas nunca permanecem as mesmas. Portanto, nos modifiquemos, também, envolvendo-nos, demoradamente, com os habitantes, as histórias, as paisagens e as palavras que encontrarmos em nossas jornadas.

LOBOS, BRUXAS E OUTROS MONSTROS: A LITERATURA INFANTIL

Deisily de Quadros

Era uma vez... Ler ou ouvir essa frase me faz retroceder no tempo e recordar com carinho imenso da minha avó contando histórias. E você? O “era uma vez” te desperta lembranças de que narrativas?

Os contos de fadas – e o era uma vez – são narrativas milenares que vêm acompanhando gerações por meio do faz de conta, do felizes para sempre e de personagens que nos despertam medo como o lobo e a bruxa. Certamente, você já ouviu contos de fadas, talvez já tenha contado essas narrativas para os seus filhos, sobrinhos, afilhados, netos, alunos. E no ouvir ou no contar, já se questionou por que a bruxa e o lobo são importantes? O que os elementos simbólicos, como a morte, provocam no pequeno leitor, a criança?

Alguns se perguntaram e, num ímpeto, sem delongas ou reflexões, sem ler artigos científicos de especialistas em literatura, psicanálise, formação do leitor, acharam por bem retirar esses elementos

“nocivos” à infância em nome do politicamente correto.

Foi o que aconteceu, por exemplo, no Programa Conta Pra Mim, lançado em 2020 pelo Ministério da Educação, que adapta as narrativas milenares, fazendo com que o lobo caia acidentalmente no rio e se afogue em Chapeuzinho Vermelho e que João e Maria se percam na floresta. Isso porque um caçador matar o lobo mau e os pais deixarem João e Maria na Floresta porque não tinham como alimentá-los não são situações que transmitem uma mensagem positiva à criança, na visão do programa.

Recentemente, Celso Sisto, renomado escritor dedicado à literatura infantil, teve a venda interrompida de seu livro “Rosalva, mãos de fadas”, por, na interpretação da editora, tratar do tema suicídio. Mais uma vez, a literatura é decepada, impondo-lhe o papel simplista de apresentar o valor das virtudes e ensinar regras de boas condutas e bons costumes aos pequenos leitores.

Assim, convido-os para uma breve reflexão: por que bruxa, lobo, morte em contos para crianças? Pois bem, Freud e Jung explicam: a linguagem simbólica não precisa (e não é) decodificada pela criança, mas fica presente no subconsciente, auxiliando na formulação de perguntas e na obtenção de respostas para as suas

dúvidas sobre o mundo e também para a compreensão de seus medos.

Ou seja, é importante que a criança perceba com a figura do lobo mau que há maldade no mundo. E que há caçadores que conseguem matar lobos, triunfando sobre a maldade. Da mesma forma, compreender que a fome leva a atos extremos, conforme os pais de João e Maria, ao deixá-los na floresta. E que as bruxas estão ali espreitando, mesmo quando a situação já está muito difícil.

Dessa forma, censurar um livro por supostamente tratar de suicídio ou omitir a morte do lobo, o fato de que os pais deixaram João e Maria na floresta ou a figura da bruxa, não auxilia o pequeno leitor. Ao contrário, o impede de tornar-se mais forte, de lidar com os seus medos, de reconhecer-se nas personagens, de deixar a linguagem simbólica morando ali, no inconsciente, para quando precisar lidar com as bruxas e lobos da vida real.

As narrativas como Chapeuzinho Vermelho e João e Maria são milenares. Para Marina Colasanti, elas se mantêm vivas no tempo e no espaço porque têm infinitas possibilidades de leitura e continuam se comunicando com diferentes gerações, permitindo que leitores e ouvintes enriqueçam o seu repertório leitor.

Assim, adaptar os contos de fadas, essas

narrativas que tanto já contribuíram para a formação de leitores e de pessoas, decapitando partes em nome de moralismos ou do politicamente correto é impedir que o pequeno leitor aprenda a combater os medos e as tristezas que fazem parte da vida. O mesmo vale para a literatura infantil contemporânea. Precisamos dessas narrativas milenares com seus lobos e bruxas, e de narrativas atuais que falem da morte, de modo que, como afirma a professora Marta Morais da Costa, o leitor possa formar referências simbólicas e afetivas que permanecerão na memória, influenciando também o agora, mas, principalmente, pensamentos futuros.

DA VINCI: UM HOMEM ALÉM DE SEU TEMPO OU UM HOMEM DE DIFERENTES SABERES SOBRE O SEU TEMPO?

*Mariana Bonat Trevisan
André Luiz Cavazzani*

O Museu Oscar Niemeyer (MON) recebeu em Curitiba a exposição *“Da Vinci Experience e Suas Invenções”*, que marca os 500 anos da morte do multifacetado personagem histórico Leonardo da Vinci (1452-1519). Já tendo sido exibida em diferentes salas do Brasil e do mundo, pode ser vista na capital paranaense de fevereiro a maio de 2022.

A mostra tem como proposta a inovação e a interação, em uma exposição imersiva que utiliza múltiplas linguagens (vídeo, som, texto, imagem e materialidade). O espectador é convidado a conhecer a trajetória e a produção de Leonardo da Vinci passando por quatro núcleos de atuação do artista, partindo das seguintes identidades atribuídas: engenheiro, arquiteto, pintor e anatomista. Ao final, o público é convidado para uma imersão, na qual a combinação de vídeo, música, imagens e textos sintetizam e concluem a trajetória de Da

Vinci.

Em cada núcleo da exposição, em cada peça ou imagem apresentada, são fornecidas informações e periodizações detalhadas sobre as criações e os momentos de vida do renascentista. Um exemplo é o mural dedicado a explicar os códices compostos pelos manuscritos de anotações do artista, fontes históricas essenciais para análise de sua vida e obra.

Certamente, Da Vinci foi um homem de diferentes saberes, que desenvolveu variadas produções e estudos em sua época (não nos esquecendo das contratações e financiamentos para isso). Como historiadores, no entanto, devemos chamar atenção para a tentação das idealizações do passado. Há tempos os historiadores profissionais concordam que nenhum homem está à frente de seu tempo.

Quando a sociedade olha para o passado e suas figuras, imprime a eles, inevitavelmente, o olhar do presente e seu lugar de pertencimento (em nosso caso, o do Ocidente). Ao colocarmos Da Vinci como engenheiro e arquiteto (categorias profissionais que sequer existiam na época), rotulamos, com os valores do nosso tempo, a sua figura histórica para, assim, torná-la mais compreensível aos nossos olhos. Mas, com isso, caímos numa armadilha: ao olhar dessa forma para Da Vinci,

vemos mais de nós mesmos e de nossas expectativas do que, verdadeiramente, a realidade histórica desse personagem.

Creemos que cabe acrescentar aos feitos de Da Vinci e sua cronologia essa reflexão histórica: ele foi um homem de seu tempo, mas não além dele. Ele criou o que seu tempo lhe permitiu, de acordo com sua formação, as condições que lhe foram dadas e bebendo no que já havia sido desenvolvido em tempos anteriores. Portanto, é importante enxergarmos Da Vinci não simplesmente como um homem renascentista excepcional, que rompeu com o que teriam sido as *“trevas medievais”* e abriu portas para grandes invenções que chegariam à sua forma final na contemporaneidade (tal como o helicóptero).

O Da Vinci “precursor” de Descartes ou de outros pensadores e cientistas posteriores não se sobrepõe ao homem entre o final do século XV e meados do XVI (dentre outros desse mesmo período) que vivenciou e atuou em seu contexto cultural, científico e político, trabalhando e buscando aprimorar técnicas e ideais que já haviam sido vislumbrados nos tempos considerados pela cronologia tradicional europeia como *“medievais”* e de obscuridade.

Nesse sentido, vale destacar um exemplo: a atribuição em geral de um primeiro protótipo de asa-

delta a Leonardo da Vinci. Ainda distante dos tempos da Renascença, homens medievais, como o muçulmano andaluz Abbas Ibn Firnas (que viveu no século IX) e o monge inglês Eilmer de Malmesbury (do século XI), teriam projetado equipamentos com o mesmo propósito, sem obter sucesso inferior a Da Vinci. Já o amplamente “pop” *homem vitruviano* teria sido elaborado a partir de anotações de outros estudiosos de seu tempo. Dessa forma, mais que vê-lo como um gênio único e muito à frente de sua época, é preciso questionar também o que ele revela de seu período, dos anteriores e como a nossa época o representa e recria.

Vale a pena visitar a exposição “Da Vinci Experience e Suas Invenções” para conhecer mais sobre as criações e a vida do artista, mas também para refletir sobre como a nossa sociedade reinterpreta e enxerga figuras históricas como a dele.

LITERATURA E DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Thays Carvalho Cesar

Eduardo Galeano já dizia que o abismo entre o que se diz e o que se faz sobre os direitos humanos é tão grande que, quando ambos vão caminhando pela rua e se cruzam em uma esquina, passam de longe sem se cumprimentarem, porque não se conhecem.

Segundo Lynn Hunt, em seu livro “A invenção dos Direitos Humanos”, foi a ficção que fomentou uma perspectiva empática diante de situações que não são necessariamente experimentadas pelos leitores em suas existências cotidianas. Vale destacar que naquela época, no auge do século XVIII, eram sujeitos de direitos civis somente homens brancos adultos e cristãos, portanto construir obras de ficção cujo olhar era voltado a um outro público foi uma grande evolução.

Lynn Hunt atribuiu aos romances escritos em inglês e em francês na segunda metade do século XVIII a propriedade de dirigir as emoções dos leitores para personagens não propriamente de sua classe social, mas que sofriam males comparáveis aos dos leitores da

época, ou seja, a partir do texto literário, seria possível a quem lesse refletir sobre algo que lhe causasse incômodo.

Do mesmo modo, o romance da época tinha a capacidade de colocar pessoas de outros grupos sociais e de outras etnias no centro das narrativas, o que não acontecia com frequência nas obras produzidas até então.

Após esta breve viagem no tempo, podemos dizer que a Literatura pode fomentar a empatia e a compaixão pelo outro. Sabemos que o sentimento de empatia não foi uma invenção do século XVIII, muito menos das obras literárias, pois é necessária uma base biológica para se compreender a subjetividade dos outros e ser capaz de imaginar que suas questões interiores podem ser semelhantes às nossas. No entanto, pelo ato de ler, somos colocados diante de pessoas para desenvolver um mundo de alteridade.

Então, isso explica o que sentimos ao ler Graciliano Ramos, Clarice Lispector, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Ferréz, Sacolinha e outros autores que denunciam as violações de direitos e os mecanismos de exclusão social de certos setores populacionais?

A resposta é sim, tendo em vista que a compreensão literária elimina os estereótipos que criam os ódios coletivos e ajuda as pessoas a se identificarem com grupos marginalizados e oprimidos. A literatura é perturbadora, desperta emoções, intriga, inquieta e provoca confrontações com pensamentos e intenções e a leitura é o encontro do texto com seu leitor, um processo que alterna liberdade e criação. Segundo Wolfgang Iser, a liberdade se deve ao fato de o texto estar sempre aberto, inacabado, suscitando, assim, o trabalho imaginário do leitor e sua cooperação ativa.

Portanto, façamos o exercício de olhar para algumas obras literárias e ver como elas trabalham algumas temáticas relacionadas aos Direitos Humanos. Por exemplo, podemos refletir sobre a literatura periférica, embora não seja somente esta população a sofrer com violações de direitos. A literatura muitas vezes desconstrói o mito da periferia como um lugar de marginalidade, crime e violência e mostra este espaço como um terreno de múltiplas formas de sociabilidade.

Ao mesmo tempo que as obras literárias ressignificam a periferia como um território de possibilidades, são capazes de revelar os problemas enfrentados pela população.

No entanto, é um equívoco pensar na literatura somente como uma forma de denúncia da falta de mecanismos de proteção aos direitos, pois seria reducionista deixarmos de lado seu caráter testemunhal que pode ser constantemente notado em obras que retratam o regime militar, por exemplo. Ao nos depararmos com estas obras, somos impelidos a olhar para questões que antes não olhávamos, a pensar na nossa história. Muitas pautas que são reivindicadas pelos movimentos sociais hoje reverberam e ressoam na literatura.

Enquanto se ouve e se vê a perpetuação da máxima de que bandido bom é bandido morto e de que os defensores de direitos humanos devem ser neutralizados, temos nas obras literárias a possibilidade de buscar outras narrativas que nos permitam acreditar que a barbárie não é o nosso único futuro possível. A literatura, assim, se torna um espaço de diálogo e refúgio, pois nos faz refletir a sobre o nosso lugar no mundo, sobre o lugar do outro, além de nos permitir pensar juntos em como chegamos ao ponto de sermos partícipes ou omissos diante de tantas violações de Direitos Humanos que chegam a nós todos os dias.

Capítulo III

Sociedade, política e cultura

O mundo está em constante impacto. Esses impactos são os choques provocados pelas transformações e permanências de uma sociedade que avança pela roda da História, trepidando em um caminho esburacado e tortuoso e que, nem sempre, aponta para o progresso.

Vivemos neste mundo e refletimos sobre ele. Os artigos de opinião que fecham nossa coletânea, na parte três, trazem um pouco das reflexões dos autores sobre acontecimentos variados no campo da política, do cotidiano, da cultura e da sociedade como um todo. Eleições, manifestações, guerras, gênero, etnia e identidade. Tudo o que movimentou as coisas ao nosso redor de 2020 até hoje, sob o olhar atento dos autores desta coletânea.



COMPARAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES: QUE RÓTULO USAR?

Dinamara Pereira Machado

A explosão dos rankings e a necessidade de aparecer no mundo digital sinaliza a realidade de que vivemos em um mundo líquido, em constante transformação, em que tudo vira *post*, tem alcance e é efêmero. A miríade de dimensões de fotos, de exposição, de conteúdos, de informações é uma marca do século 21, em que se compara e classifica. Bandeiras são erguidas para promoção de causas eternas e ganham diferentes tons no discurso com crítica, muitas vezes sem criticidade.

A classificação começa na base, com países sendo designados como do primeiro mundo, sonhado e esperado, do segundo ou do terceiro. Nova classificação para países desenvolvidos, em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, com base em um conjunto complexo de indicadores. Mas todos seguem como classificação apenas. Porque este mundo tão sonhado do primeiro mundo, como nos Estados Unidos da América, de acordo com relatório de 2019 da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico, possui 17,8% da população em pobreza relativa e mais de 40 milhões de habitantes vivem abaixo da linha da pobreza. Uma estatística que pode, inclusive, ter sido alterada devido à pandemia que assola todo o planeta.

Quando os refletores da nossa análise reluzem em terras tupiniquins, para além de números e estatísticas, é no andar pelas ruas que nos deparamos com realidades de pobreza multiplicadas pelas praças, marquizes, pontes. A pobreza econômica assola e extrai de forma temporária, ou definitiva, a dignidade humana. No Brasil, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2012, a renda per capita era de R\$ 1.304,00 por família. Passados nove anos, constatamos como renda per capita o valor de R\$ 1.406,00 que deve suprir todas as demandas de sobrevivência. Porém, entre 2012 e 2019, tivemos acúmulo de 5,61% de inflação, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Comparações e rankings vão muito além do nível macro de mundos criados para sobrevivência e manutenção do *status quo*, pois estão presentes em nossas vidas e no cotidiano de nossos atos. E nessa sociedade em que tudo é comparado, somente seremos adeptos a partir da análise do ranking. Seja daquele

produto, ou de determinado pensamento, ou ainda do número de seguidores.

Nesse mundo líquido acredita-se que comparar cientistas, professores, nobres representantes da paz pode ser uma saída para uma sociedade em transformação. Muitos discursos de rankings e comparações são mascarados pelo conceito de globalização e, inclusive, guardam na mesma proporção as bandeiras de igualdade e equidade. Ao mesmo tempo, todas as catástrofes humanas são caracterizadas a partir do mundo globalizado, comparado e repleto de rankings.

Compreender a totalidade da sociedade a partir do prisma da dialética, da relação interna de interação dos seres humanos, das conexões do singular com o plural, faz-nos ter vontade de revelar que a emancipação humana pelo trabalho e educação constitui-se como elemento central para sociedade que busca por rótulo. E se, de repente, você assumir que seu rótulo é FIB (Felicidade Interna Bruta), mesmo não estando no Butão, olhará para os seus dias com a grandeza daquele que compreende que viver ultrapassa rótulos.

A PERSISTÊNCIA DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL

Valéria Pilão

Há quem diga que a sociedade brasileira tem avançado no que diz respeito à garantia de direitos à população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e identidade de gênero). Um dos motivos que justificam essa afirmação é o aumento do número de homens e mulheres que expõem o rompimento com os padrões heteronormativos de relacionamento e comportamento.

Também corrobora para tal argumentação de possível avanço na sociedade brasileira, o fato de que em ambientes corporativos e/ou estabelecimentos comerciais têm se desenvolvido políticas de compliance e de contratação de profissionais originários deste grupo vulnerável. Ainda, deve ser acrescentado compondo a argumentação, o fato de que em 2019, o Supremo Tribunal Federal criminalizou as práticas homofóbicas e a transfóbicas, equiparando-as ao racismo (Lei n. 7.716/89) bem como, em decisão de 2011, reconheceu a

constitucionalidade da união entre pessoas do mesmo sexo.

As políticas nas empresas (em geral grandes corporações) e a alteração da compreensão jurídica no Brasil são argumentos muito potentes, mas, infelizmente, tais transformações ou ações não minimizaram a violência que a população LGBTQIA+ brasileira está sujeita cotidianamente. Pelo contrário, observa-se o crescimento no número de atos contra esse grupo, como atesta o “Relatório 2021 – Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil” produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). O estudo é categórico ao afirmar que “o Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas”.

É necessário indagar a que se deve a aparente contradição entre os supostos avanços nas garantias da população LGBT ao mesmo tempo em que o Brasil é o país onde esse grupo experiencia situações de extrema vulnerabilidade. Possíveis respostas a essa pergunta não se encontram na imediaticidade das relações sociais; faz-se necessário realizar mediações para compreender o lugar histórico e ao mesmo tempo estrutural que os grupos marginais (gays, lésbicas, negros, indígenas etc.) possuem no Brasil.

A estrutura patriarcal contribui de maneira fundamental, deixando sua marca, para o estabelecimento das relações com o outro que não seja o homem branco, hetero e proprietário. A violência é constitutiva dessa formação bem como dessas relações. O passado escravocrata, machista e autoritário se faz presente, ainda que, institucional e formalmente, o Estado brasileiro adira aos documentos dos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) ou, ainda, assegure em sua Constituição a igualdade de todos bem como a necessidade de construir uma sociedade “livre, justa e solidária”.

A respeito da incorporação dos valores positivos assinalados acima, como o da valorização à pessoa humana observado em algumas empresas bem como nas decisões judiciais alinhadas à valorização da diversidade, a análise do sociólogo Florestan Fernandes sobre a construção da sociedade brasileira oferece ferramentas importantes para a análise. No que diz respeito a construção do capitalismo brasileiro, que qualifica como dependente, o referido pesquisador aponta que aqui o caráter heteronômico de sua estrutura implica na incorporação por parte das instituições de demandas e valores que são externos à sociedade

brasileira. Na mesma linha, a pesquisadora e socióloga Heleieth Saffioti tem frase exemplar para explicar tal processo: “[...] a importação de ideias e ideais conduziu, não raro, o legislador brasileiro a tornar o fenômeno jurídico mais dinâmico que certos fatos infraestruturais.” Ou seja, ambos investigadores apontam para o fato de que no Brasil a formalidade é a regra, pois os avanços jurídicos e/ou institucionais ocorrem de maneira concomitante à manutenção de estruturas sociais e culturais conservadoras.

Nesse sentido, não há contradição no avanço de alguns segmentos empresariais (principalmente, grandes corporações) nem em decisões do sistema jurídico no que diz respeito aos direitos à população LGBTQIA+ com a permanência de formas de violência a esse grupo social, pois, não há nenhuma transformação social de fundo que rompesse com a estrutura patriarcal.

Na sociedade contemporânea, o assassinato por homofobia e transfobia são as expressões mais violentas dessas relações desiguais e lembram a todos os que se vinculam a esse grupo vulnerável que sua vida corre perigo simplesmente por não ser aquilo que os outros desejam. Dessa forma, o enfrentamento a essas violências efetivamente ocorrerá a partir do

reconhecimento e da superação das estruturas arcaicas da sociedade brasileira.

AS MUITAS MULHERES SÃO TODAS MULHERES!

Larissa Priscila Bredow Hilgemberg

Há mais de setenta anos, a escritora e filósofa Simone de Beauvoir escreveu “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Mas, o que isto significa? O que faz uma pessoa tornar-se ou perceber-se mulher?

Seria a constatação dos seus órgãos sexuais e reprodutores femininos? Ou sangue escorrendo pelas pernas na menarca?

Seria o casamento com alguém do sexo oposto, masculino? Ou o carregar no ventre um ser por nove meses e depois pari-lo para o mundo?

Seria vestir-se com roupas ditas femininas? Vestidos e saias, cheios de tons de rosa?

Seria utilizar o pronome feminino ela/dela nas redes sociais?

Afinal, o que faz de uma mulher, mulher?

Há quem diga, ainda, que sim, ser mulher é nascer com dois ovários, um útero e uma vulva, é crescer usando laços no cabelo e saias rosas cobrindo as pernas, é passar todos os meses pelo período menstrual e parar

este período por longos nove meses para dar à luz a um bebê delicado. É casar-se com um homem com papel passado e véu e grinalda e ser chamada por ela, por mulher, por esposa, por senhora.

Mas, e todas aquelas que não passam por essas experiências? Seriam elas menos mulheres? Ou seriam uma espécie de humano sem gênero?

O menino que cresceu e se viu no espelho e se tornou mulher é menos mulher por não ter órgãos reprodutores femininos?

A menina ou mulher que, por problemas hormonais, não menstrua ou chega à menopausa é menos mulher ou deixa de ser mulher?

E as mulheres lésbicas que casam com outras mulheres, não são mulheres? E as que preferem ternos e gravatas ou roupas menos “femininas”?

E aquelas que decidiram pela não maternidade ou pela adoção, também deixam de ser mulheres?

A resposta eu sei e você também, não são essas características ou experiências que tornam mulheres mais ou menos mulheres. A nossa relação com nosso gênero é mais complexa e anterior a tudo isto. A socióloga Heleieth Saffioti afirmava que nascemos biologicamente machos ou fêmeas, mas a nossa identidade social e de gênero é construída em nossas

relações sociais. E diferentes sociedades darão diferentes funções e identidades aos seus sujeitos.

Assim, eu, mulher branca ocidental brasileira do Século 21, sou tão mulher quanto outras que vieram antes de mim e que virão depois, que nasceram em outras regiões e povos e de outras etnias, que nasceram com as mesmas ou outras características, que nasceram com o mesmo órgão reprodutor que eu ou outro. Porque todas nós não nascemos mulheres, mas nos tornamos, dia a dia em nossa identidade, em nossa pele, em nossa história, em nosso olhar o mundo.

MÃE SOLTEIRA, NÃO! MÃE SOLO.

Crisbelli Domingos

Acordar, vestir, alimentar, instruir, cuidar, educar, amar. Uma lista interminável de ações pode ser atribuída àquela mãe que, mesmo depois de um dia exausto de trabalho, carrega sozinha o seu filho no colo enquanto leva nos mesmos braços as sacolas de compras feitas no mercado, no caminho de volta para casa. Essa e outras realidades, algumas ainda muito mais difíceis e complexas, fazem parte da vida e da rotina da *mãe solo*, termo designado à mulher que é inteiramente responsável pela criação de seus filhos.

Desafortunadamente, circula no senso comum – inclusive entre as próprias mulheres – o conceito de “*mãe solteira*”, como se a missão de ter um filho fosse condicionada à obrigatoriedade de ter um companheiro. Um dos grandes desafios de criar um filho sozinha é, certamente, ser o alvo dessa visão reducionista e conservadora das relações humanas, que estabelece que o “normal” é uma mulher se casar para, então, ter filhos.

A fuga do padrão dessa representação massificada que circula por aí, acentuada na expressão “família de bem”, oportuniza críticas socialmente infundadas e que favorecem julgamentos explícitos, desde os constrangedores aos mais humilhantes, tanto para a mãe em discursos como: “Por que você não arruma um pai pra essa criança?”, “Melhor você arrumar um marido pra te ajudar”, como para a criança: “Por que você não pede para a mamãe arrumar um papai pra você?”, “Tem que pedir pra mamãe casar pra você ter irmãozinhos”.

O problema é que o alvo dessa visão socialmente degradante é extenso. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, até o ano de 2015, existiam mais de 11,5 milhões de mães solo no Brasil. Dos lares sustentados por mulheres, 63% estão abaixo da linha da pobreza, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais desse mesmo Instituto.

Em 2020, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) adverte que o gênero feminino foi o mais prejudicado pelo impacto econômico da covid-19, sendo, no Brasil, 8,5 milhões de mulheres afastadas do mercado de trabalho. Além do cenário de desemprego e omissão da participação efetiva e afetiva dos genitores masculinos, a mãe solo ainda precisa lidar

com esse ataque de farpas discursivas que, cuidadosamente afiadas, são diariamente disparadas em sua direção.

Apesar da promessa de um avanço social nesse sentido, feita pelo Senado no Projeto de Lei 3717/2021 aprovado em março deste ano de 2022, em que são previstas políticas públicas de assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade em apoio à família monoparental, a realidade que se segue permanece sendo a contrária.

No entanto, esses graves percalços parecem não mais assustar a mãe solo brasileira. Na verdade, o que assusta e quebra as expectativas, sobretudo as afetivas, é a falta de evolução do comportamento humano que deveria ser traduzido no respeito, no acolhimento, na receptividade e, por que não, no reconhecimento pela desenvoltura com que uma mãe solo desempenha as multitarefas cotidianas.

Fica o desejo de que todas as 11 milhões de mães solo brasileiras possam olhar com admiração para si, para suas histórias, memórias e narrativas. Um olhar merecidamente generoso para a trajetória da maternidade a partir de independência, empoderamento, força, coragem, resiliência e persistência na luta por direitos invocados, diariamente

e a cada minuto, à superfície da sua própria vida e da vida de seus filhos.

Que em nossa sociedade a maternidade deixe de ser reconhecida pelo estado civil de “mãe solteira”, mas pelo brilhantismo da mãe solo. Não àquele brilhantismo romântico de um positivismo tóxico e meritocrático do tipo “mesmo assim eu consegui criar meus filhos”; mas àquele originário da luta coletiva por pequenas e grandes vitórias, únicas e diárias, inescapavelmente alçadas pela motivação do contato com a informação, amor, afeto, sororidade e autoconfiança. É o que nos permitirá pavimentar uma realidade futura, social e jurídica, em que possamos dizer “nossas filhas e netas não vão ter que passar por isso!”.

QUANTO VALE UMA VIDA?

Fernanda Ribeiro Haag

“O último capítulo de uma das maiores histórias do Santos. O Pedalada está de volta”. Foi com essas palavras que o Santos anunciou a contratação de Robinho, no último dia 10¹. Normalmente, o retorno de um ídolo seria motivo para comemoração. Mas você idolatraria alguém condenado (em primeira instância²) por estupro? Pois foi exatamente o que clube fez — e com apoio de torcedores. Em 2017, o jogador recebeu a condenação por estupro coletivo pela corte de Milão por um caso ocorrido em 2013, com uma mulher albanesa. Para os que afirmam que “a denúncia encerra a carreira do jogador”, notamos que não é assim que a banda toca.

Claro, a naturalização da violência contra a mulher não é exclusividade santista, mas sim um problema do futebol. Só para ficar nos casos mais recentes, basta lembrar do goleiro Jean ou do atacante

¹ A data da, então, contratação foi 10 de outubro de 2020.

² Na época de publicação do texto a condenação foi em primeira instância. Em janeiro de 2022, saiu a sentença definitiva, não cabendo mais recurso e mantendo a condenação.

Dudu. O futebol não é só reflexo da sociedade — ele também constrói essa sociedade. E aí vem a pergunta: qual a mensagem que os clubes passam quando acolhem esses jogadores, sem problematizar a violência? Fica evidente que, para eles, a vida das mulheres não tem valor. Vale menos do que uma pedalada. Não estamos aqui para julgar ou reforçar uma sanha punitivista, mas para debater o caráter social dessa contratação e o machismo no esporte.

Essa lógica machista que impera também dificulta a denúncia por parte das vítimas, pois as consequências geralmente pesam sobre elas. Assim, mais do que fazer posts em redes sociais, os clubes e federações precisam enfrentar de fato a violência contra as mulheres e não compactuar com ela. Fica o chamado também para os homens se posicionarem nesse momento e cobrarem, como muitos torcedores fizeram. Em um país onde a cada 4 minutos uma mulher é agredida, isso é obrigação. Aliás, nesse mesmo país, esses jogadores são tratados como ídolos enquanto uma atleta, Carol Solberg, é censurada por gritar seu posicionamento político após a vitória em uma partida de vôlei de praia. Perguntamos novamente: quanto valem a vida e as palavras das mulheres?

ÍNDIO, NÃO! INDÍGENA, SIM!

Thiana Maria Becker

Gisley Monteiro de Monteiro

“Todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” é o que nos diz a Constituição Federal. Uma frase que se perpetua nos ensinamentos básicos repassados em escolas, grupos sociais a tal ponto que até internalizamos como uma verdade.

Diante desse pensamento, refletimos sobre a data de 19 de abril, em que se comemora “o dia do índio”. A data em si é representativa e foi escolhida devido ao primeiro Congresso Indigenista Interamericano que reuniu no México representantes de várias etnias, de diferentes países, em 1940, com o objetivo de discutir as diferentes pautas que envolviam os povos indígenas das Américas.

O Brasil, na figura do presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 5.540, de 1943, instituiu a data de 19 de abril como um símbolo para enaltecer a cultura dos povos originários, e o consagrou como Dia do Índio. O interessante nesse termo “índio” é o erro, o

estereótipo, pois “índio” não é mais uma denominação cabível a esses povos. Eram de tal modo chamados porque Cristóvão Colombo, equivocadamente, os denominou assim por acreditar estar nas Índias Orientais.

O termo “índio” fere os povos indígenas porque os homogeneízam, INDÍGENAS é o termo correto, que significa “natural do lugar que se habita”, que em si abrange o diverso, o múltiplo.

Para tanto, enfatizamos a normalização do Ensino das Relações Étnico-Raciais sustentada e exigida a partir da Lei 11.645/2008, apresentada como uma normativa fundamental, porque exige que todos os currículos escolares ensinem e dialoguem sobre a cultura e a história dos povos indígenas. A esperança é fazer com que a sociedade compreenda a magnitude da cultura ancestral, que faça valer seus direitos como humanos e respeitem suas especificidades, desconstruindo paradigmas errôneos e admitindo o protagonismo da população indígena posto que dificilmente alguém compreende ou respeita aquilo que não conhece. Daí a necessidade de conscientizar àqueles que fazem parte de um mesmo *ethos* social.

Quanto a diversidade cultural, recentemente assistimos pela TV, por redes sociais e lemos reportagens

sobre uma das maiores manifestações dos últimos tempos: O Movimento Terra Livre, que aconteceu em Brasília entre os dias 4 e 14 de abril de 2022, organizado pelos povos originários indígenas de todo país, com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar territórios e aldear a política”.

Esse movimento trouxe lideranças e representações culturais de mais de 200 povos das diversas comunidades indígenas do país. O que ouvimos são clamores por seus direitos, pelas demarcações de terras, pela saúde e educação, pelo valor a cultura, afinal, foi a partir deles que todo o restante de novas miscigenações culturais foram se estabelecendo e originando em nossa pátria mãe, por isso são ditos originários.

Permitir a aprovação da PL 191/2020, que trata do avanço do garimpo, da exploração de territórios naturais, compactuar com a falta de atenção e verba à saúde e a educação indígena, é ser conivente com o massacre cultural de nossa própria história pelo simples fato de não a compreender, ou ainda, de se deixar levar pela insipiência.

A luta dos indígenas é pela liberdade, pelo direito de viver em seus territórios de origem, pelo respeito a sua ancestralidade. E mesmo hoje, com a redução de suas

etnias pelo extermínio histórico vivido, eles ainda se levantam e precisam ser honrados e respeitados por carregarem tanta força em meio a tanto sangue derramado.

MONTEIRO LOBATO: NÃO É SÓ BANIR OU ABSOLVER

Renan da Cruz Padilha Soares

Em 2022, mais precisamente em 18 de abril, completa 140 anos do nascimento de Monteiro Lobato, um dos escritores brasileiros de maior reconhecimento. Mas é impossível falarmos do autor, sem mencionarmos as consistentes acusações de racismo que o acompanham. O que nos leva, mais uma vez, para a questão: o que fazer diante de obras que, com o tempo, se mostram ultrapassadas para o pensamento político e social contemporâneo?

Para diversas gerações, o Sítio do Pica Pau Amarelo foi uma referência na infância, visto que as histórias escritas por Monteiro Lobato foram adaptadas para diversas mídias e linguagens. Talvez, um dos seus grandes méritos foi, principalmente na minha geração que chega aos 30 anos, trazer referências da cultura brasileira em uma época que éramos (e ainda somos) bombardeados pelas referências culturais estadunidenses. Convenhamos que, para muitos, não são estranhos hábitos cotidianos e histórias típicas dos

Estados Unidos, mas desconhecemos costumes e tradições muito mais próximas de nós. Então, graças ao Sítio, no meio de waffles e contos de natal, ainda guardamos na nossa memória afetiva o Saci, a Cuca e o cotidiano fantástico em um cenário brasileiro.

Mas é fato notório, debatido e estudado por pesquisadores, que Monteiro Lobato expôs em suas obras um pensamento racista. Trechos do próprio Sítio do Pica Pau Amarelo trazem descrições caricatas e embaraçosas de negros e negras, que não surpreendem quando analisados junto com um conjunto de cartas recém descobertas, onde o autor faz elogios à Ku Klux Klan, a seita supremacista branca com um enorme número de adeptos nos Estados Unidos naquela época. Sendo assim, Monteiro Lobato era um homem racista e sua obra refletiu, em diversos graus, esse pensamento. Então, o que fazer?

Primeiramente precisamos considerar algumas coisas importantes. Monteiro Lobato é um homem de seu tempo, lugar e grupo social. Considerar esse fator não significa justificar ou fechar os olhos para os problemas de suas obras, mas sim compreendê-las o contexto em que elas foram produzidas. Contexto esse, vale dizer, onde negros e negras já lutavam contra as condições que lhes eram impostas há muito tempo. O autor escreve na

primeira metade do século XX e o pensamento social de determinado grupo, a qual ele fazia parte, está presente em seus textos, ainda que ficcionais.

Porém, mesmo que obra e autor não possam ser completamente separados, a obra ganha vida no contato com o interlocutor. Monteiro Lobato escreveu no início do século XX, mas suas obras permaneceram vivas e interagindo com a sociedade ao longo dos anos, até os dias de hoje. Ou seja, não só são interpretadas por diferentes pessoas em diferentes lugares, como essas pessoas possuem experiências de vida completamente diferentes, relacionadas com seu próprio tempo e espaço. Sendo assim, naturalmente, tais obras sofrem modificações e julgamentos próprios da contemporaneidade e que, talvez, nunca teriam passado pela mente do escritor.

Esse é um debate muito importante. E como todo debate importante, quando ganha as mídias sociais, costumam ser simplificados e feito tábula rasa. Alguns vão dizer que é besteira boicotar Monteiro Lobato hoje e justificam pela época em que o autor escreveu, ou pior, apontando que textos de ficção não refletem a realidade. Para considerar essa argumentação precisaríamos acreditar que um autor possa ser separado da sociedade em que está inserido e que sua obra vá para o espaço

sideral. É ridículo. Autor e obra só existem imersos em seus contextos sociais e dialogam de forma orgânica com eles. Seja a obra ficcional ou não. Porém, tampouco podemos considerar a solução dada pelo cancelamento, que gera o simples banimento da obra e uma tentativa de esquecimento de sua existência. Lembrando que não estamos falando de um autor vivo que deva sofrer consequências jurídicas ou políticas de seus atos. Hoje, tratamos de sua obra.

Como historiador considero que qualquer tipo de apagamento histórico não é só errado, como está fadado ao fracasso. Toda vez que um grupo tentou apagar determinada memória da História, tal memória resistiu e ganhou contornos próprios. Banir *O Sítio do Pica Pau Amarelo*, ou os demais escritos de Monteiro Lobato seria tolo e ineficaz. É preciso encarar tais obras no contexto em que elas estão inseridas hoje. É preciso analisá-las como importantes fontes de conhecimento sobre determinada época e lugar e compreender suas interpretações e reinterpretações ao longo do tempo. Mais do que nunca é preciso ler Monteiro Lobato e, mais do que nunca é preciso que essa leitura seja crítica e reflexiva, compreendendo o lugar do autor e da obra na História.

EU SAÍ PRA SONHAR MEU PAÍS

Fernanda Ribeiro Haag

O trecho acima faz parte da música *Carta à República* composta por Milton Nascimento e Fernando Brant em 1987. No contexto de redemocratização, os compositores ousaram sonhar um país em que “o povo era senhor”, como também coloca a canção. O que envolvia questionar, inclusive, qual República estava sendo construída. Para pensar a experiência republicana brasileira, precisamos fazer uma breve digressão. O feriado de 15 de novembro é para comemorar a Proclamação da República, ocorrida em 1889. Um evento que marcou a história nacional e revela muito sobre o nosso processo histórico.

A monarquia foi derrubada e um golpe instituiu um governo provisório (e autoritário) tendo o Marechal Deodoro como primeiro presidente do Brasil. Deodoro, aliás, possuía inclinações monarquistas. Então vejamos: a República brasileira foi proclamada por um militar com tendências monarquistas através de um golpe. Não é exatamente um cenário onde o povo é senhor, certo? O

historiador José Murilo de Carvalho analisou esse processo e afirma que a participação popular foi quase nula na queda institucional do Império. O que não causa muito espanto, basta lembrarmos da política deliberada de marginalização de segmentos sociais no Pós-Abolição, sobretudo, pessoas racializadas.

Isso quer dizer que o povo não participava da política na Primeira República? De forma alguma! Mas essa participação, em grande parte, passava ao largo do viés eleitoral e institucional. As intervenções ocorriam nas manifestações culturais, em revoltas populares, luta por direitos, nas festas e eventos etc. Mas tudo isso já é muito revelador de elementos que permaneceram na nossa república.

Podemos destacar dois deles: 1) o caráter frágil da democracia brasileira e marcadamente controlada por poucos. Basta lembrarmos que no século XX, o Brasil assistiu diferentes golpes de Estado: a revolução de 1930, um golpe das oligarquias nas próprias oligarquias; o Estado Novo de Getúlio Vargas; o golpe civil-militar de 1964. 2) A forte resistência popular em defesa da democracia e de seus direitos. Diferentes parcelas da população sempre atuaram em prol de seus interesses, vale citar rapidamente alguns desses momentos: o Modernismo brasileiro; a coluna Prestes; o Queremismo;

a Tropicália; as mais distintas oposições à ditadura civil-militar; a campanha pela Anistia; e a luta pela redemocratização do país nos anos 1980, das Diretas-Já à Assembleia Constituinte.

A partir da chamada Nova República, o Brasil viveu, comparativamente, um período mais estável e de consolidação democrática concreta. Contudo, quando passamos longos anos sem grandes rupturas institucionais temos a tendência a naturalizar as coisas como são. Um erro. A história é um extenso e constante processo de transformações e continuidades, disputas de ideias, práticas e formas de pensar as sociedades humanas. A redemocratização - após o fim da ditadura civil-militar - alcançou trinta e cinco anos de idade. Parece muito se pensarmos que é o tempo democrático mais duradouro em nossa história. Mas é extremamente curto se compararmos com a história de nosso país.

Nossa democracia apenas engatinha seus primeiros passos. E, como um bebê, precisa de cuidados para se desenvolver plenamente. Não vivemos em um regime democrático e republicano porque naturalmente é assim, mas porque milhões de mulheres e homens construíram experiências históricas que nos levaram a estarmos onde estamos hoje. Então essa tal democracia é perfeita? Estamos falando de experiências humanas.

Nada é perfeito. Mas é através da democracia que avançamos em questões importantes de participação popular, direitos humanos e o direito das minorias. A democracia e o regime republicano aqui no Brasil, com todos os seus problemas, deram voz para sujeitos históricos calados e marginalizados por séculos. Defender a democracia e a nossa República é defender a possibilidade de avançarmos e desenvolvermos mecanismos de inclusão e participação cada vez mais populares.

Neste ano, o feriado da Proclamação da República coincidiu com a realização das eleições municipais. Ainda que não seja o único espaço de participação política, as eleições cumprem um papel importante nesse processo. É na cidade que as desigualdades e problemas cotidianos ficam mais claros, por isso, o papel dos prefeitos é tão fundamental, assim como dos vereadores, que devem fiscalizar o executivo, propor e aprovar leis e votar a proposta de orçamento anual do município. É nas cidades também que outras formas de construção política podem se concretizar de maneira mais acessível, como assembleias populares e orçamento participativo.

Essas eleições municipais podem ser encaradas ainda como um retrato da sociedade brasileira, revelando no que podemos avançar em nossa

democracia. Trazemos, rapidamente, alguns dados significativos. Partindo no recorte de gênero, segundo dados dos PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - 2019), as mulheres são 51,8% da população brasileira. Porém, pelos dados do TSE, na atual corrida eleitoral, elas são apenas 34% do total de postulantes ao cargo de vereadora e prefeita. Pensando em termos de raça, no Brasil, 56,2% da população se reivindica preta ou parda, de acordo com o PNAD Contínua. Esse ano, pela primeira vez, o número de candidaturas de pretos e pardos ultrapassou o número de candidaturas de brancos, somando 49,84% do total, conforme informações TSE. Ainda assim, até o ano de 2020, apenas 29% dos prefeitos se declararam pretos ou pardos. E de prefeitas mulheres? Se o número de candidaturas já é baixo, nas eleições passadas (2016) apenas 12% dos municípios elegeram mulheres, segundo o TSE.

Fica evidente a diferença de representatividade nos cargos públicos municipais, pois parte significativa da população é efetivamente sub-representada nos postos de poder responsáveis por elaborar e executar políticas públicas com efeitos diretos em suas vidas cotidianas. Reforça-se, assim, a necessidade de consolidar e aprofundar as conquistas democráticas,

pois se a República deve garantir os direitos a todos os seus cidadãos e cidadãs é fundamental que todos os grupos sociais façam parte efetivamente às esferas decisórias. Façamos como Milton e Fernando, ousemos sonhar (e construir) um país mais democrático, nessas eleições municipais e no nosso dia a dia.

NÃO FOI SEMPRE DITO QUE PRETO NÃO TEM VEZ?

*Maristela R. S. Gripp
Mariana dos Reis Sathler Gripp*

A palavra genocídio vem do grego geno = raça ou grupo; e cedere = matar. Esse termo foi empregado pela primeira vez em 1944 para denominar o extermínio do povo judeu durante o holocausto promovido pela política racista do nazismo.

Na década de 70, o Professor Abdias do Nascimento - um dos maiores pensadores da sociedade brasileira e fundador do Movimento Negro Unificado - utilizou o mesmo termo para intitular o seu livro "*O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*". Nesta obra, Abdias do Nascimento identifica as políticas de segregação e de morte criadas e mantidas pelo Estado brasileiro, cuja única finalidade é o apagamento da população negra do país.

Passados tantos anos desde a publicação da obra, as mesmas políticas permanecem em vigor e o genocídio do negro brasileiro segue em curso diariamente. Não é por acaso que as balas perdidas encontram sempre seus

alvos: os corpos negros.

Nesse sentido, os dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontam para o recrudescimento de diversos índices: houve crescimento das mortes violentas intencionais, da letalidade policial, e da violência contra as mulheres.

O Anuário comprova, ainda, que a população preta é desproporcionalmente atingida por esse cenário de violência no Brasil. Dentre as mortes decorrentes de intervenções policiais, *“78,9% das vítimas eram negras no último ano, percentual semelhante ao encontrado em 2019, quando 79,1% das vítimas eram negras.”* No que se refere as mortes violentas intencionais, 76,2% das 50.033 vítimas em 2020 eram pessoas negras e 91,3% pertenciam ao sexo masculino.

Isso pode nos conduzir a uma importante reflexão: vidas negras realmente importam? E para quem essas vidas importam?

O assassinato brutal de George Floyd, homem afro-estadunidense asfixiado por um policial branco nos Estados Unidos, gerou comoção mundial e mobilizou as redes sociais em torno da campanha *Black Lives Matter* (na tradução literal: Vidas negras importam).

A publicação do vídeo que registrou os últimos

minutos de vida de Floyd e os protestos que tomaram as ruas das cidades americanas tiveram forte repercussão na mídia brasileira, que promoveu intensa cobertura das passeatas e, posteriormente, do julgamento histórico do policial acusado da sua morte injusta, que veio a ser condenado a vinte e dois anos de prisão.

A partir disso, devemos refletir sobre o tratamento (ou a falta dele) dado aos casos similares ao de George Floyd que ocorrem todos os dias no nosso país, ceifando vidas pretas para quem a pena de morte é imposta sem qualquer julgamento e à margem da lei.

Quem, de fato, se importa pelas vidas de João Alberto Freitas, Kathlen Romeu, Amarildo Dias de Souza, Claudia Silva Ferreira e tantas outras vítimas do projeto de genocídio do Estado brasileiro?

Para explicar essa aparente apatia frente às mortes de vidas pretas no Brasil, é preciso recordar que fomos o último país do Ocidente a abolir a escravidão e, ainda assim, convivemos com o seu legado até os dias atuais sem problematizar as suas trágicas consequências para a formação de uma nação.

O autoritarismo e a violência são consequências diretas do sistema escravocrata, no qual era lícito um homem subjugar outro por meio da violência física. Por isso, tornaram-se traços constitutivos da nossa

sociedade, como apontam os estudos da antropóloga Lilia Schwarcz na obra “Sobre o autoritarismo brasileiro.”

Outro fator importante é que, apesar de os negros e pardos representarem 56% da população no Brasil, não usufruem dos mesmos direitos e oportunidades conferidos a outros grupos. Ou seja, a superioridade numérica não é sinônimo de garantia de direitos ou igualdade plena.

Ao contrário disso, a possibilidade de ascensão socioeconômica à população preta ainda é muito limitada e inviabilizada pelo *status quo*, que mantém os privilégios de determinadas classes desde o período colonial.

Isso somente demonstra o tamanho da violência perpetrada pelo Estado contra a população preta brasileira que, embora não esteja mais sob o jugo da escravidão, permanece condenada a um projeto de marginalização e apagamento.

“Você deve tá pensando o que você tem a ver com isso?”, como indaga o verso da canção “Negro Drama” composta por Edy Rock e Mano Brown. E a canção assim nos convida a refletir: *“Desde o início por ouro e prata, olha quem morre. Então, veja você quem mata. Recebe o mérito a farda que pratica o mal. Ver o pobre preso ou morto já é*

cultural."

Há cinco séculos insistimos no mesmo projeto de nação: o projeto do genocídio de indígenas e pretos. E fracassamos como nação.

Como sociedade, devemos empreender esforços para que o culto a essa cultura da morte dê lugar à valorização da vida e ao respeito à diversidade, apostando em um projeto de nação sobre as bases da justiça, da solidariedade e da liberdade. Como Abdias de Nascimento disse: "O racismo no Brasil se caracteriza pela covardia. Ele não se assume e, por isso, não tem culpa nem autocrítica. Costumam descrevê-lo como sutil, mas isto é um equívoco. Ele não é nada sutil, pelo contrário, para quem não quer se iludir ele fica escancarado para ao olhar mais escancarado e superficial."

DISCURSO DE ÓDIO ALIMENTA A EXCLUSÃO DOS DIFERENTES

Thays Carvalho Cesar

Crisbelli Domingos

Em tempos de intensa intolerância, há quem se aproprie do discurso para promover o ódio e o adestramento moral da população, por meio da disseminação de uma cultura polarizada, de desprezo por pessoas ou grupos de pessoas com convicções diferentes. Desenvolver a alteridade e a aceitação da pluralidade democrática de ideias parece ter se tornado cada vez mais difícil, pois o lugar comum é olhar para o outro como estranho e não como o que, de fato, ele é: o outro.

O discurso de ódio tem origem nos preconceitos sociais contra determinados grupos construídos ao longo da história, ocorrendo quando um indivíduo se vale de seu direito à liberdade de expressão para inferiorizar ou discriminar gênero, características étnico-raciais, religião, orientação sexual ou quaisquer outros critérios. Dizer é fazer. E o que se evidencia nesse tipo de ato de fala é um conjunto de atitudes contra a existência desses

grupos em nosso meio social. Travestir o ódio de liberdade de expressão significa afrontar os direitos e garantias fundamentais, tornando-se ilegítimo ao descumprir os preceitos constitucionais, incitar a violência e alimentar a exclusão.

Enquanto a opinião crítica é baseada em experiências individuais, o preconceito é um fenômeno social, resultado de situações de dominação ao longo da história, que vem à tona quando, mesmo sem perceber, o indivíduo despreza, deprecia, desdenha a existência ou a opinião do que considera “diferente”.

Na atual sociedade do espetáculo, a perpetuação do ódio se dá, em sua maioria, pelos meios de comunicação de massa pelo fácil acesso à informação e aos recursos tecnológicos, que tornam difícil resistir ao impulso de ir às redes sociais para comentar uma notícia, uma reportagem policial, o resultado de um julgamento criminal, o comportamento de participantes de *reality shows*, a vastidão de arapucas de *Fake News* que, por parecerem verídicas, impactam terrivelmente o aumento da desinformação social.

Tornou-se comum na *internet* ver os ânimos exaltados daqueles que proferem opiniões sobre assuntos diversos a partir de uma interpretação coletiva, não necessariamente consensual e muitas vezes

desprovida de qualquer embasamento técnico ou científico.

Alguns grupos sociais são capazes de promover verdadeiros linchamentos virtuais com base em informações de senso comum e, ao manifestarem seus posicionamentos, fazem-se reféns de uma racionalidade binária que limita a capacidade de raciocínio. Inseridos na política do cancelamento, o mais importante é deturpar o que foi dito e o que foi feito pelo outro, utilizando argumentos avessos para construir uma falsa representação do real, ou uma verdadeira representação do imaginário para manchar reputações.

O discurso de ódio ganhou um destaque tão grande com o advento das redes sociais que a mera condição de aliado ocasional de quem é alvo do discurso já basta para fazer da pessoa um alvo do mesmo ódio. É um fenômeno comunicativo epidêmico, de injúrias e de desinformação, que dilacera o equilíbrio das relações sociais.

Sabemos que nenhum direito é absoluto e que o discurso não é neutro, pois todo ato de fala designa um posicionamento. Entretanto, posicionar-se com respeito e sem ofender os demais é uma premissa que deve ser seguida não só nas redes sociais, mas na vida social como um todo.

As ferramentas de comunicação hoje disponíveis tornam muito fácil a disseminação do ódio, a fim de destruir a imagem de pessoas e instituições escolhidas como desafetas. Para tanto, basta utilizar o discurso oral, escrito ou imagético, por meio de quaisquer meios, para fomentar ideias contrárias a determinados e diferentes alvos. No entanto, também é possível fazer parte da contracorrente e propagar o debate crítico arejado, a informação em vez da desinformação, o respeito em contraposição à aversão.

Não se constrói liberdade a partir da segregação, nem se promovem direitos excluindo direitos de outrem. A liberdade de expressão não pode ser usada como justificativa para aniquilação do outro. Respeitar os diferentes posicionamentos é fundamental para a construção de uma sociedade efetivamente plural e livre de preconceitos. Pois a história demonstra que a imposição de um discurso de ódio traz consequências catastróficas e irreparáveis para a humanidade.

É preciso fazer diferente. É preciso checar a informação para compartilhá-la, é preciso respeitar opiniões para poder opinar. Afinal, não há liberdade de expressão quando se tira a liberdade do outro.

CONSUMIDOR CONSCIENTE NA SOCIEDADE ATUAL. É POSSÍVEL?

Daniela Belter Ferreira Ceni

Segundo o Instituto AKATU (<https://www.akatu.org.br/>), para um consumo consciente deve-se observar que se deve viver: “Consumindo sem consumir o mundo em que se vive”, garante-se assim, qualidade de vida e segurança pessoal. Isso quer dizer que a sociedade deve consumir de forma responsável, pois terá *nessa vida* as consequências de todo desperdício que é praticado por ela e pela geração anterior.

Isso é possível? Parece teoria. Mas toda teoria só funciona na prática.

Todo consumismo inicia no fato de aproveitar as oportunidades que aparecem. Mas é importante questionar: será que “realmente” precisamos dos artigos que nos atraem?

É comum ouvirmos relatos na mídia, nas prateleiras dos mercados, nas vitrines das lojas ou na convivência diária com outras pessoas, as tão conhecidas frases: “ Não perca a oportunidade”, ou “Oportunidade

única” ou mesmo “Últimas ofertas” seguido de inúmeros “Compre um, leve três” e assim por diante. Analistas de mercado, economistas e psicólogos orientam cinco segredos para os consumidores compulsivos reeducarem seus hábitos na hora das compras:

1. Planejar o que comprar;
2. Comprar somente o necessário;
3. Nunca ir a um supermercado com fome e jamais levar crianças, pois certamente você acabará comprando o que não precisa;
4. Fugir das ofertas mágicas;
5. Calcular os juros e as melhores condições de pagamentos.

Seguindo esses princípios, será notória a mudança de comportamento de vida e, conseqüentemente, de renda familiar. Além dos artigos secundários, qualquer família necessita de gastos essenciais na vida doméstica, como por exemplo: água, energia, alimento, transporte, saúde, educação, etc.

Até mesmo os artigos essenciais requerem tomada de consciência urgente, porque além de interferir nos orçamentos, afeta o desequilíbrio ambiental com descartes inapropriados ocasionando, a longo prazo, o desnivelamento do ecossistema.

Os reaproveitamentos de verduras, da raiz às folhas, podem se tornar uma forma de diminuir a demanda de recursos naturais. Uma das preocupações que um consumidor consciente deve ter é a sustentabilidade do planeta, economizar hoje para ter sempre.

Partindo desse pressuposto, é possível mudar os hábitos praticando e experimentando os bons resultados que eles proporcionam. Mudança de consciência só se faz com medidas educativas, boas leituras, olhos abertos, e sensibilidade.

Eu estou disposta a mudar, e você?

A GUERRA NA UCRÂNIA NÃO É FLAFLU!

Renan da Cruz Padilha Soares

Quando se inicia um clássico estadual, todos os amantes do futebol (e até mesmo aqueles que não são tão apaixonados) se envolvem pela partida. O futebol é complexo e profundamente enraizado em nossa sociedade e o clássico pode ser considerado o momento síntese dos sentimentos que o esporte desperta. Você pode não ser torcedor de nenhum dos times envolvidos, mas você acaba torcendo (contra ou a favor) de um deles. E isto é saudável.

Uma guerra não é uma partida de futebol. Um dos grandes ganhos que a pesquisa no campo da História nos dá é a compreensão que processos históricos são muito mais complexos do que as memórias coletivas nos fazem crer. Nada na História pode ser explicado por um único acontecimento, em um único dia, ou pelo julgamento moral de uma única pessoa. Evidentemente, a Guerra na Ucrânia não é diferente.

Quando eclode uma guerra, até mesmo analisar os fatos é difícil. A Guerra na Ucrânia é, possivelmente,

a mais registrada pelos milhares de celulares que cada morador e soldado possui. Ainda assim, sabemos muito bem como as redes sociais também podem gerar desinformação, informações truncadas e meia verdades. Mas, uma coisa é fato: a Rússia, invadiu militarmente o país vizinho e, como consequência, temos incontáveis tragédias humanitárias.

Diante deste quadro, inúmeras pessoas escolheram apaixonadamente um dos lados. A maior parte da nossa grande mídia fez exatamente isso. Não é incompreensível que a Ucrânia tenha sido a escolhida para essa torcida apaixonada, afinal é sua população que está sofrendo a barbárie da guerra. Mas esta escolha de lado passa a ser problemática a partir do momento que vira a paixão sega da torcida em um clássico de futebol, nublando a análise do todo, promovendo esquecimentos e análises enviesadas, principalmente daqueles que são responsáveis diretos pela informação.

Ao apontar a Rússia como agressora, não podemos esquecer o papel que a OTAN cumpre ao estender seus tentáculos para o leste europeu representando o braço armado do imperialismo liderado pelos Estados Unidos. Ao denunciar a escalada autoritária do governo Putin, não se deve tergiversar sobre o autoritarismo do próprio governo de Volodymyr

Zelensky que se elege com o discurso de não ser um político tradicional, mas que possui laços com bilionários da imprensa e abraça em seu governo grupos de extrema direita. Ao revelar o heroísmo de uma população que se defende contra o invasor e a tragédia de boa parte que foge para se proteger, não se pode ignorar que haja grupos com clara afinidade neonazista, como o chamado Batalhão Azov, que aproveitam a guerra para crescerem sua força de milícia na Ucrânia e, de fato, é uma ameaça nazista para a população daquele país.

A escolha apaixonada por um dos lados em nada contribui para compreendermos a complexidade da guerra, a sociedade ao nosso redor e impede que aprendamos com essa situação. A imprensa que atua como se estivesse na arquibancada de um dos lados da História acaba por fortalecer os discursos de violência ao relativizar, ou negar fatos. É preciso condenar a guerra firmemente, sem que isto nuble nossa visão do todo e nos permita lutar com mais firmeza contra os absurdos desta e de todas as guerras que ainda estão em andamento.

Índice Remissivo

- COVID-19.....67, 72
educação.30, 38, 41, 59, 61,
72, 73, 93, 116, 126, 132,
156
Educação .60, 71, 72, 73, 92
História...32, 33, 46, 53, 54,
64, 67, 69, 71, 75, 78, 80,
84, 85, 89, 90, 91, 92, 93,
95, 96, 123, 131, 132, 136,
137, 139, 149, 151, 152,
154, 158, 160.
Home office.34, 37, 38, 41, 43
Impacto.....34, 42, 94, 125
Isolamento....30, 33, 34, 35,
39, 45, 47
Linguagem...46, 72, 76, 78,
96, 101, 110
Opinião 75, 86, 101, 152
Pandemia28, 29, 30, 33, 35,
36, 37, 38, 39, 40, 41, 45,
51, 53, 56, 57, 58, 59, 63,
65, 67, 72, 74, 99, 115
Política.... 97, 132, 138, 140,
143, 153
Sociedade30, 31, 32, 38, 40,
41, 71, 72, 75, 78, 88, 89,
90, 98, 104, 109, 115, 116,
117, 119, 120, 127, 129,
131, 135, 140, 143, 146,
147, 148, 150, 152, 154,
155, 158, 160
Tecnologia ... 34, 71, 72, 73,
99, 100
Vírus .. 28, 29, 30, 33, 34, 35

Nesta coletânea, temos pessoas de diferentes áreas do conhecimento analisando, a partir de suas opiniões, um mundo sob impacto. Em comum, o fato de serem pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a produção acadêmica e científica, ainda que não pensem de forma homogênea. Esta coletânea trará a análise dos impactos no mundo por diferentes perspectivas. O livro está dividido em três partes: pandemia e educação; letras e história; sociedade, política e cultura.

